



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**FERNANDA NAIARA DA FROTA LOBATO**

**ENTRE MUROS E AMORES: TRAJETÓRIAS DE VISITAS E AFETOS NAS  
PRISÕES CEARENSES**

**FORTALEZA**

**2023**

FERNANDA NAIARA DA FROTA LOBATO

ENTRE MUROS E AMORES: TRAJETÓRIAS DE VISITAS E AFETOS NAS  
PRISÕES CEARENSES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Cultura, política e conflitos sociais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

Lobato, Fernanda Naiara da Frota.

Entre muros e amores : trajetórias de visitas e afetos nas prisões cearenses / Fernanda Naiara da Frota Lobato. – 2023.

109 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva.

1. conjugalidades. 2. prisões . 3. visita social. I. Título.

CDD 301

---

FERNANDA NAIARA DA FROTA LOBATO

ENTRE MUROS E AMORES: TRAJETÓRIAS DE VISITAS E AFETOS NAS  
PRISÕES CEARENSES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito necessário para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Cultura, política e conflitos sociais

Aprovada em: 24/02/2023.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Glória Maria dos Santos Diógenes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Natália Corazza Padovani  
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

À Verônica e Aronai, que seguram minhas mãos  
Ao Benício Dunai, com quem sonho reencontrar  
Às mulheres e famílias implicadas nessa pesquisa, que fizeram ser possível.

## AGRADECIMENTOS

Antes dessa dissertação começar a ser sonhada, imaginei caminhos que se fizeram maiores do que podia esperar. Foi na roda dos saberes que fui forjada para agradecer a preciosidade de ter ao meu lado pessoas com quem pude contar em momentos desafiadores. De repente, mas como sempre me lembra o meu pai, com muito trabalho, aprendi a observar e sentir o mundo a partir de perguntas. Enchi de significados o que parecia tão bobo e óbvio, mas era gostoso cutucar, criar outros formatos e brincar com as certezas. Em 2016, pisei em terras novas nas Ciências Sociais da UFC e, após muito resistir, fiz raiz em uma formação que se mostrou transformadora. Se fazer socióloga, em busca da socióloga que quero ser, só foi possível pela rede que me balançou:

Com um balanço apressado, agilizado e pensando muito à frente, preciso agradecer à minha mãe, Verônica, em seu cuidado, amor e atenção;

Ao meu pai, Aronai, por traduzir o meu ritmo ligeiro em amor paciente e leve, me fazendo lembrar de que todo dia é um dia e sim, o amanhã vem e chegamos com ele;

Às minhas irmãs, Bruna e Maria Eduarda, que mesmo muito ocupada e ausente não deixei de perturbar em todas as oportunidades que tive, pois estar com vocês é saber que posso apenas ser;

Aos meus irmãos, Rafael e Gael, que são donos de um amor doce e delicado, como uma manhã de sol em rumo à praia, sem relógio para cronometrar o tão pesado tempo;

Ao meu irmão Benício Dunai, que alegrou todos os dias em que foi meu abraço mais apertado e fez toda a vida fazer mais sentido. Medir o peso da saudade é lembrar da coragem de amar, para além do tempo;

À minha tia Socorro, que dormiu e acordou me ouvindo falar, reclamar, vibrar, gritar, espernear, comemorar e principalmente procurar caminhos que pareciam impossíveis de chegar; O seu cuidado me fez chegar até aqui;

À minha avó Mariana, que é minha menina esperta e foi calma em meio ao caos com a poesia da sua presença;

À minha avó Lourdes, que foi coragem e inspiração para pensar no futuro, sempre atenta ao presente;

Às minhas tias Samaira e Cida, que representaram confiança no processo com a empolgação e compreensão de quem acredita;

Aos meus amigos queridos do Departamento de Ciências Sociais da UFC e UECE: Ítalo, que foi meu parceiro de alegrias e angústias, me apoiou em momentos que eu pensei que fosse desistir, o seu carinho estava ali para mostrar que era possível; Suiany, que compartilhou dores e esperanças de dias melhores; Kol, que muitas vezes acreditou mais em mim do que eu mesma, com quem foi bem mais fácil pensar juntas sobre quais caminhos seguir; Yara, que foi inspiração e carinho nesse processo; Lorryne, que foi um presente de acalanto durante essa trajetória; Jéssica, que esteve ao lado para viver as tramas de se envolver em histórias de amor como pesquisadoras; Lara e Carliana, que não deixaram a peteca cair; Rômulo, que trouxe novos sentidos à academia e me ensina a gingar nessa roda perigosa toda vez que nos encontramos e eu não saio ilesa; À Lilica, que por tantas vezes foi espaço de confiança para falar e com quem foi tão importante ouvir;

Ao meu orientador, Luiz Fábio, que foi fortaleza e farol, indo além de palavras e fazendo acontecer essa difícil jornada de se tornar pesquisadora; O seu apoio me faz querer ser maior e melhor;

Ao Anderson, que viveu visceralmente a feitura desta pesquisa, me apoiando em cada passo dado e sendo lugar de parceria e confiança;

Às amigas Karla Beatriz, Vitória, Jéssica Larissa e Thaina, que se tornaram irmãs, obrigada pela escuta atenta e o carinho genuíno;

Às colegas do CEDECA Ceará, Ingrid Lorena e Carla, que acreditaram no meu potencial e ajudaram a me fazer pesquisadora; Ao Fórum DCA - CE, que foi e é espaço de muita coragem e resistência;

Aos colegas do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Violência, Jardson, Flávio, Demar, Ana Paula, Guilherme, Leandro, Sarah e Lucas, que subverteram os dias de trabalho exaustivos em laços de amizade, companheirismo e respeito;

Às companheiras, Allê, Maria, Kauhara e Fran, com as quais foi possível criar estratégias de luta frente à liberdade;

Às professoras Natália Padovani e Glória Diógenes, que com muita generosidade aceitaram se debruçar sob este trabalho e foram decisivas para que eu não deixasse a tinta coagular na caneta; O incentivo à ousadia da autoria devo a

vocês, como quando Glória diz no exame de qualificação que “Nós somos sabidas porque contamos histórias”.

Ao CNPq, que financiou este trabalho.

Por fim, agradeço às grandes responsáveis por esse trabalho: as mulheres com quem compartilhei meses de vida e suor, confiança e companheirismo.

*“Não é no papel que você cria, mas no seu interior, nas vísceras e nos tecidos vivos.”*

**Glória Anzaldua**

## RESUMO

A temática central deste estudo é a experiência social de mulheres que estão envolvidas em relacionamentos afetivos e conjugais com homens privados de liberdade no Ceará. O objetivo é compreender de quais formas elas vivenciam a conjugalidade e como significam suas experiências de vida e sobrevivência nos entremuros das prisões cearenses. Busco as narrativas dessas mulheres, que muitas vezes são classificadas de forma pejorativa como “mulheres de bandido”, para entender suas representações sobre conjugalidade, família e encarceramento, traçando os caminhos que estabelecem a partir da experiência prisional com outras mulheres, chamando a atenção para como as relações afetivas-conjugais reproduzem laços familiares, mobilizam ações, conflitos e situações diversas para suas vidas. Privilegio a perspectiva das prisões como espaços produtivos de relações, no qual é possível identificar como as conjugalidades são significadas e reinventadas a partir dos acordos e estratégias arranjadas pelas mulheres. Para isso, acompanho suas “caminhadas”, principalmente as visitas sociais aos presídios em que seus companheiros estão encarcerados.

**Palavras-chave:** conjugalidades; prisões; visita social.

## ABSTRACT

The central theme of this study is the social experience of women who are involved in affective and marital relationships with men deprived of their freedom in Ceará, Brazil. The objective is to understand in what ways they experience conjugality and how they mean their experiences of life and survival within the walls of the prisons in Ceará, Brazil. I seek the narratives of these women, who are often pejoratively classified as "bandit women," to understand their representations of conjugality, family, and incarceration, tracing the paths they establish from the prison experience with other women, drawing attention to how affective-marital relationships reproduce family ties, mobilize actions, conflicts, and diverse situations for their lives. I privilege the perspective of prisons as productive spaces of relationships, in which it is possible to identify how conjugalities are signified and reinvented from the agreements and strategies arranged by the women. To do so, I follow their "walks", especially the social visits to the prisons where their partners are incarcerated.

**Keywords:** conjugalities; prisons; social Visit.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	— Guardadeiras, na margem da BR-116.....	31
Figura 2	— Vista de dentro da topique para as guardadeiras.....	32
Figura 3	— Guardadeiras, enfatizando os colchões e lonas que cobrem as mochilas.....	33
Figura 4	— Ponto de ônibus das topiques para as prisões da Região Metropolitana de Fortaleza.....	36
Figura 5	— Dia de visita.....	39
Figura 6	— Matagal em que as mulheres guardam suas bolsas e trocam de roupa.....	40
Figura 7	— Capa do álbum da família de Iara.....	68
Figura 8	— E-mail recebido por Priscila no “Mensagem de amor”.....	70
Figura 9	— Ato político pela retomada das visitas no sistema prisional cearense, 2020.....	82
Figura 10	— Ato político pela retomada das visitas no sistema prisional cearense, 2020.....	82
Figura 11	— Nome de mulher visitante anotado na minha mão.....	84
Figura 12	— Bilhete enviado por Iara.....	91

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALECE	Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
CAJU	Assessoria Jurídica Universitária Popular
CCPHA	Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência
CISPE	Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DECAP	Delegacia de Capturas
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EFTA	Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar
INEGRA	Instituto da Mulher Negra do Ceará
ITTC	Instituto Terra, Trabalho e Cidadania
LEP	Lei de Execuções Penais
LEV	Laboratório de Estudos da Violência
PCC	Primeiro Comando da Capital
SAP	Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará
SISDEPN	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	O CAMPO E AS INTERAÇÕES.....	28
2.1	Caminhos teórico-metodológicos.....	28
2.2	Diálogos e entradas em campo.....	35
2.3	Referencial teórico entrelaçado ao tema de pesquisa: gênero, raça e território.....	46
3	AS CONJUGALIDADES E A PRISÃO.....	62
4	TERRITÓRIOS: FLUXOS DE AFETOS E MATERIAIS.....	80
4.1	Guerreiras, irmãs e cunhadas.....	85
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
	REFERÊNCIAS.....	96
	ANEXOS	106
	ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	106
	ANEXO B – LISTA DE ITENS DO MALOTE	107

## 1 INTRODUÇÃO

*“Pessoas são histórias andando amando”.*

Poetas do Sarau da B1

Em uma tarde de atividades realizada pelo Projeto Traficando Saberes, do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará (UFC), no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), conheci Luísa, uma adolescente de 15 anos que estava acompanhando seu namorado, os quais ambos pareciam ter a minha idade à época, 20 anos. Logo me aproximei dela, percebendo a sala com a maioria de adolescentes homens e o clima de tensão e curiosidade que surgiu quando a adolescente entrou na sala de mãos dadas com o namorado. Enquanto conversava com ela, comentei que estava muito feliz com a sua presença, pois normalmente meninas não participavam das atividades. Ela disse que gostaria de participar, pois o namorado havia contado sobre o projeto, mas poderia ser muito arriscado e causar problemas uma ida constante. Olhou ao redor e eu entendi que os circuitos de interesse e paquera inauguraram a sua presença ali e, assim, colocaram-na em um lugar comprometedor e vulnerável. Luísa estava identificada enquanto “namorada do Rodrigo”. Desde a entrada do CREAS à realização das atividades, sua identificação sempre viria acompanhada da sua relação com o namorado. Enquanto compartilhávamos experiências de violência policial forjadas de abordagem e “procedimento padrão”, Luísa contou sobre quando foi levada por agentes do Estado dentro do carro da polícia militar para “dar uma volta”, nas palavras dela: “Eles chegam assim, se a gente é mulher eles se aproveitam, dizem que não vão fazer nada, mas depois que uma entra no carro ninguém sabe mais como vai voltar, eles querem o corpo, além das pancadas que eles dão igual nos meninos.” Na semana seguinte, Luísa não apareceu, nem nas que se sucederam, no entanto as suas denúncias e demandas ficaram ecoando em mim.

Essa atividade foi realizada no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), localizado na regional IV da cidade de Fortaleza, no Ceará. Dentre outros bairros próximos que nós já havíamos realizado o Projeto Traficando Saberes, o equipamento da prefeitura no Conjunto Ceará parecia, naquele momento, ser um espaço em que os conflitos territoriais entre grupos denominados

de *facções* estavam amenizados, mesmo estando em territórios de disputa. Além disso, a presença dos adolescentes que acompanhei no CREAS em diferentes locais da cidade era limitada e restrita, pela divisão de bairros e disputas pelos mesmos na cidade e, especificamente, nas favelas de Fortaleza. Nessas atividades, realizadas normalmente com 13 encontros semanais durante o segundo semestre do ano, a ideia era conversar com adolescentes do sexo masculino e feminino em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto sobre o sistema de garantia de direitos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os direitos humanos, a prevenção à violência e os impactos do racismo e da violência policial em suas vidas e na sociedade. Todos os encontros traziam novas possibilidades de pensar alternativas ao atendimento em assistência e cuidado às juventudes em cumprimento de medidas socioeducativas, tendo em vista que a maioria dos jovens havia passado pela privação de liberdade em Centros Socioeducativos. É, portanto, a partir da escuta e do diálogo sobre a internação de adolescentes que a minha curiosidade se inicia.

Antes de chegar nesse momento – no início da minha trajetória enquanto cientista social e professora de Sociologia em formação – precisei encarar e tecer a primeira pesquisa de uma jovem cientista social, com etnografia, entrevistas e muitas histórias de amor e dor na Associação dos Cornos de Fortaleza. A pesquisa era bem inicial, a minha função era ouvir histórias de homens que haviam sido traídos por mulheres e, após o acontecimento, se filiaram à Associação, localizada no Centro de Fortaleza. Bairro esse que também é o que moro e pertença por aproximadamente 15 anos. Então, olhar para o Centro com as novas lentes de pesquisadora fez tudo mudar. Foram meses de pesquisa e o meu caminho a pé para casa se repetia rotineiramente. Em uma dessas voltas para casa, com a cabeça cheia de observações que aguardavam serem anotadas no diário de campo, meus passos foram interrompidos por uma confusão, seguida pelo som do disparo de um tiro e várias pessoas correndo – a típica cena de um tiroteio na cidade. Essa movimentação estava acontecendo na porta da Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso (CISPE), onde as pessoas em privação de liberdade ou egressas do sistema prisional vão em busca de assistência social e, principalmente, oportunidades de trabalho. Nesse episódio, havia uma maioria de homens utilizando tornozeleiras de monitoramento eletrônico, em motos e com mulheres na garupa. Perceber a presença constante de mulheres acompanhando seus namorados e maridos – além das mães, irmãs e tias – me causou curiosidade e questionamentos sobre a rede de apoio que

muitas mulheres mobilizam para acompanhar os homens em situações de cumprimento de penas.

Nesse contexto, as dinâmicas territoriais de Fortaleza passaram a indicar relações cada vez mais presentes a partir das minhas referências de cidade: grupos armados, instituições de privação de liberdade e relações afetivas-conjugais. Em 2019 e início de 2020, participei do monitoramento das audiências de custódia<sup>1</sup> em Fortaleza, pesquisa realizada pelo Instituto da Mulher Negra do Ceará (INEGRA) e alguns grupos da Universidade Federal do Ceará (UFC) que trabalham com as áreas da violência, como o Laboratório de Estudos da Violência (LEV) e a Assessoria Jurídica Universitária Popular (CAJU), da UFC, e o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA), da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE). Durante o acompanhamento das audiências presenciais, no prédio anexo à Delegacia de Capturas (DECAP), também no bairro Centro, a primeira cena ao chegar à porta de entrada é de uma calçada com um banco de cimento e várias mulheres com crianças conversando e aguardando informações que poderiam vir de dentro da estreita porta com um *scanner*, monitorada por um policial militar. Ao conversar com essas mulheres e me apresentar enquanto pesquisadora, portanto, uma pessoa que teria acesso ao interior do prédio em que seus familiares estavam custodiados, algumas se apresentaram enquanto namoradas e esposas de homens que estavam na delegacia e iriam ou não passar por audiências de custódia naquela manhã. Era uma manhã de sol intenso, que escaldava de calor as pessoas na porta do anexo, ansiosas pela informação de liberdade ou prisão preventiva, o que significaria mais do que era possível imaginar naquele momento de espera e humilhação na calçada e bancos de cimento. Esse também era um espaço, um território, em que pessoas de diferentes lugares da cidade e, portanto, diferentes territórios faccionados, se encontravam por intermediação do uso do poder do Estado de controle social pelo encarceramento. Compreendendo, assim, que na maioria das audiências que acompanhei as acusações foram por tráfico de drogas inscrito na conhecida nova lei de drogas nº 13.840/2019 em que, nos inqueritos, a vítima é: “O

---

<sup>1</sup> As audiências de custódia foram instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da Resolução 213/15, constituem instrumento importante por se tratar do primeiro encontro com a autoridade judicial após a prisão em flagrante. Por isso tem como principais objetivos verificar o aspecto da legalidade e a regularidade do flagrante, da necessidade e da adequação da continuidade da prisão e de possíveis atos de violência policial. O Instituto Terra Trabalho e Cidadania (ITTC) lançou em 2019 uma pesquisa sobre as audiências de custódia com importantes considerações.

Estado”; isso, por si só, localiza o racismo estrutural fundamentado na “guerra às drogas” e a criminalização de determinadas substâncias, encarcerando e punindo corpos periféricos e negros (BORGES, 2018). Isto é, localizando o Estado como vítima e os sujeitos como violadores desse Estado.

A realidade e interpretação do Brasil como um país fundado pelo racismo estrutural são acentuadas por Ana Flauzina, a partir das ações institucionais do Estado que colocam no centro do seu projeto a manutenção das desigualdades raciais pelas vulnerabilidades construídas em torno da população negra (FLAUZINA, 2016). A forma como os homens e mulheres, cis e trans vivenciam essas ações é individual, mas extremamente coletiva ao passo que consideramos o controle social como uma ferramenta condicionada pelo racismo, que inaugura prisões dentro e fora dos muros dos complexos penitenciários.

No conto de Conceição Evaristo, uma escritora brasileira que retrata a realidade e imaginário popular brasileiro atenta aos efeitos do racismo, intitulado “Ana Davenga”, no livro “Olhos D’água” (EVARISTO, 2016), a história de Ana é narrada a partir da sua experiência como esposa de Davenga, um homem que *se virava na vida* realizando assaltos e constituindo um bando de tantos outros homens. Ana representa na obra de Evaristo uma das representações de relacionamentos conjugais brasileiros que se desenrolam nas tramas do crime, com a presença de instituições do Estado e acontecimentos de violência, como feminicídios. A forma como esses relacionamentos e essas mulheres são representados na literatura e em meios de comunicação, como os jornais, variam entre a ideia de poder e submissão. Ao passo que, a narrativa de associação ao crime normalmente é evocada em consequência de seu envolvimento afetivo com um homem que é identificado como “bandido”. Esse é o desfecho de Ana Davenga, por exemplo, metralhada ao lado de seu marido e noticiada como consequência de uma operação policial. Nessa pesquisa, as interlocutoras estabelecem diferentes relações com as práticas ilícitas e os grupos dos quais seus companheiros encarcerados fazem parte ou não.

A forma com que Conceição Evaristo descreve as cenas cotidianas de Ana Davenga é carregada de afetividade e sentimentos dúbios, já que constantemente Ana é apresentada feliz e satisfeita, mas preocupada ou angustiada com as situações que envolvem o marido. O envolvimento de Ana e Davenga representa elementos da conjugalidade que apontam para o funcionamento de relacionamentos heterossexuais. As tensões que envolvem as moralidades e regras ou acordos de

cada relacionamento são compreendidos aqui como relações de poder, como apontou Beatriz Nascimento (1990). Portanto, a sexualidade na sociedade brasileira se configura como uma ordem profundamente patriarcal e racista, em que o poder masculino está, em uma de suas faces, no controle da conduta das mulheres. Quanto à complexidade das relações heterossexuais em que estão envolvidas mulheres negras, como afirmou Nascimento (2021), a hiperssexualização coloca a mulher negra como desviante e os homens negros detentores de uma sexualidade exacerbada e também desviante, os afastando da invenção das famílias nucleares “estruturadas”.

Aqui, situamos sociedade brasileira por meio do que Clóvis Moura (2020) aponta como a elaboração social do Brasil a partir do desmonte de teorias que pacificam a constituição das relações de poder nacionais. Entendendo-se relações de poder como as relações entre raça, gênero e classe, às mulheres negras, como aponta Sueli Carneiro (2011), a expressão “matriarcado da miséria”, cunhada por Arnaldo Xavier, se configura como a conjugação de violências, principalmente o racismo e o sexismo, submetendo as mulheres a uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos em todas as dimensões da vida (CARNEIRO, 2011). Ao passo que produzem linhas de fuga e resistências para lidar com a desigualdade e ocupam – historicamente no Brasil – lugares de lideranças nas suas famílias e comunidades políticas, como territórios e coletivos. Explicitar, portanto, dilemas e experiências de gênero que a população negra vivencia, considerando as singularidades, é de extrema relevância para compreender os efeitos sociais da violência e do encarceramento em massa, bem como a constituição dessas famílias no país.

Atentando para o fato de que os homens jovens e negros são os que morrem e estão encarcerados em maior número, as mulheres que os visitam nas prisões também aparecem em maior número do que homens que visitam. Assim, nessa pesquisa, mas muito além, nessa experiência compartilhada, as protagonistas são mulheres que visitam homens encarcerados no Ceará, especificamente nas unidades localizadas em Itaitinga e Aquiraz, região metropolitana de Fortaleza. No início do ano de 2020, a partir de uma pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), financiada pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), visitei cinco unidades prisionais em Itaitinga, momento em que também pude me aproximar das filas de visita e da dinâmica dos dias de visita, entrega de malote e movimentações nos arredores das prisões. Fui atravessada, portanto, por várias e

diferentes histórias que ouvi nas topiques, nas filas e nas guardadeiras<sup>2</sup>, momento em que também começo a mudar os rumos da pesquisa, pois anteriormente a ideia era conversar apenas com mulheres que namoravam homens que haviam cometido crimes ou continuavam cometendo, no entanto a realidade das visitas sociais revelou a relevância de delimitar na pesquisa a experiência social dessas mulheres a partir dessas relações afetivas entremuros, articulando as noções e significados de família, conjugalidade, e prisão.

Nesse sentido, existe uma discussão feita nas Ciências Sociais e nos movimentos sociais que se debruça sobre o princípio da intranscendência ou da personalidade da pena, previsto no art. 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988, que indica que somente as pessoas condenadas por um processo criminal podem responder pelo ato praticado (BRASIL, 1988), o que deveria teoricamente evitar que a pena de privação de liberdade, por exemplo, ultrapassasse as pessoas encarceradas. No entanto, isso se constitui como uma problemática, pois o cotidiano de aproximadamente 661 mil<sup>3</sup> famílias brasileiras, representadas principalmente por mulheres negras que são esposas, namoradas, irmãs e mães, é afetado e dificultado pelos efeitos psicossociais do encarceramento em massa no Brasil. O que vemos ao lado de fora das penitenciárias cearenses são as familiares<sup>4</sup> que comparecem às filas das visitas sociais aos sábados e domingos carregando roupas, produtos de higiene e água potável para a manutenção de seus familiares em privação de liberdade a cada quinze dias. As fronteiras entre dentro e fora das prisões não são tão sólidas como se constrói o pensamento punitivista do Estado moderno, uma vez que sem as visitas e a entrega desses itens de sobrevivência, a condição das pessoas encarceradas é gravemente acentuada pela falta desses itens básicos. Portanto, é de interesse desse estudo entender de quais formas a gestão da vida é feita pelas familiares no contorno estatal descrito por Bento (2018) como necrobiopoder.

No Brasil, o código penal foi o primeiro instrumento de inserção da população negra na república do pós-abolição. Dina Alves (2017), assim, articula o

---

<sup>2</sup> Guardadeiras é como são chamadas as mulheres que trabalham com barracas às margens da BR. Elas levam isopor e guarda-sol para guardar as bolsas e outros itens de quem ingressa no complexo prisional. É uma iniciativa autônoma das comerciantes e elas, além de cobrarem para guardar as bolsas, alugam e vendem roupas da prisão: calção laranja, legging cinza, blusa branca, chinela branca, cuecas e calcinhas. Também vendem comidas e funcionam como uma espécie de ponto de apoio nos arredores da prisão. O único existente.

<sup>3</sup> A partir de dados do SISDEPEN referente ao ano de 2022.

<sup>4</sup> “As familiares” são tratadas no artigo feminino, por se tratar de uma forma como as mulheres que conversei se referem umas às outras.

regime de dominação racial presente no sistema de justiça penal brasileiro discutindo sobre como as instituições de controle passaram a operar na lógica institucionalizada do código penal de 1890 e a constituição federal de 1891 e 1942 inscrevendo como contravenção penal – crime – a vadiagem. Os vadios, como o código penal caracteriza, eram homens e mulheres “escravos” que expressavam a cultura negra, como a capoeiragem, a produção e venda de acarajés, a mendicância decorrente da pobreza e o uso de drogas, ou o simples fato de estarem nas ruas. O pós-abolição para a população negra se configurou, assim, pela hipervisibilidade e construção de um inimigo nacional a partir do racismo antinegro que fundamenta as políticas de segurança pública, dentre elas o encarceramento, por meio da exclusão da população negra da cidadania. A antropóloga Lélia Gonzalez (1984), nesse contexto, formula como o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira, constituindo lugares sociais naturalizados para as juventudes negras, como as prisões, as margens e os alvos das práticas repressivas e higienistas do Estado. Além disso, valho-me aqui da conceituação e discussão feita por Munanga (2004) sobre a raça como uma construção social e uma categoria social de dominação e de exclusão, bem como a compreensão do racismo como principal mantenedor das hierarquias sociais e desigualdades.

O Ceará é conhecido por ser “A Terra da Luz”, a primeira província a abolir a escravidão no país, em 1884. Após inúmeras revoltas populares, encabeçadas pelas pessoas negras escravizadas no estado, inclusive a atuação de figuras como Chico da Matilde, Tia Simôa, José Napoleão e muitos jangadeiros, os portos foram fechados e no Ceará não se embarcariam mais pessoas traficadas pelo regime escravocrata. O professor Hilário Ferreira, cientista social e historiador, pesquisa essa abolição inacabada no Ceará e nos coloca uma pergunta muito importante: “Quem são os herdeiros da abolição?” (FERREIRA SOBRINHO, 2022). A partir dela, penso a constituição da relação entre legal e ilegal, bem como a herança da abolição para o povo negro cearense – ainda hoje invisibilizado pelo mito da democracia racial que também sustenta a lógica racista do sistema de justiça – enquanto regimes de exceção, controle e punição. Nesse contexto, Vilma Reis (2005), importante pesquisadora da segurança pública, argumenta sobre a “pedagogia do medo”, em que o estigma e a constituição histórica negativa do povo negro são evidenciados a fim de fortalecer esses regimes. Foram criadas, dessa forma, condições para que a população negra seja protagonista do crime como “soldados”, vendedores nos becos

e vielas e vidas passíveis de serem encarceradas, ao passo que foram negados direitos básicos, estendendo, assim, a senzala aos presídios, moradias precárias, manicômios e centros socioeducativos. Em 2021, existem trinta unidades prisionais e uma que ainda será inaugurada no Estado, com a população negra compondo mais de 85% da população prisional<sup>5</sup>, demarcando a seletividade penal em ação no país. Para cada unidade, milhares de mulheres nas filas de visita.

Essa forma de interpretação das prisões como instituições de controle social e reprodução de violências remonta a Michel Foucault (2014), sobre o remanejamento do poder de punir na Modernidade, sendo a prisão uma peça essencial no conjunto das punições, em que práticas de controle social são sistematizadas por meio dos dispositivos disciplinares. As pessoas que compõem parte do cotidiano prisional enquanto visitantes, são compreendidas pelo sociólogo Rafael Godoi (2017) como *vasos comunicantes*, uma vez que essas instituições são caracterizadas – indo além do que Foucault formulou sobre essa instituição que confina e disciplina – por sua *porosidade*<sup>6</sup>. O fluxo de pessoas, informações, objetos e determinadas formas de vida é uma forma necessária e sofisticada de compreensão do encarceramento em massa. Portanto, é esse fluxo que este estudo busca seguir, para compreender e questionar o funcionamento das prisões em um contexto específico do Ceará.

Em dezembro de 2022, segundo dados do Relatório Estatístico da Administração Penitenciária do Ceará<sup>7</sup>, o total de pessoas presas contava 21.087, sendo 20.256 homens cis e trans e 831 mulheres cis e trans. Um número que representa cerca de 37% do total de pessoas presas<sup>8</sup> no Brasil. Esse quantitativo coloca em evidência o grande número de pessoas presas - chegando a igualar a população de municípios de pequeno porte no estado - e o conseqüente impacto dos processos de encarceramento em massa (SINHORETO; SILVESTRE; MELO, 2013) refletido nas dinâmicas cotidianas da cidade. O ponto crucial de observar os números citados é também, como afirma Davis (2018), desconstruir a ideologia de uma prisão

---

<sup>5</sup> Segundo dados atualizados pelo Departamento Penitenciário em 2020, na plataforma digital SISDEPEN.

<sup>6</sup> Alguns pesquisadores seguem essa linha e desenvolvem pesquisas nessa perspectiva, como Natália Padovani (2015; 2017; 2018), Rafael Godoi (2015; 2016; 2017), Fábio Mallart (2014; 2019), Nascimento (2018), articulando a porosidade e os movimentos que deslizam entre as normas do cárcere.

<sup>7</sup> Esse relatório está disponível no site da Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará: <https://www.sap.ce.gov.br/estatistica/>

<sup>8</sup> Dados disponibilizados no SISDEPEN.

abstrata ou distante da vida das pessoas, colocando-a sempre fora dos contornos sociais cotidianos, uma vez que esse encarceramento atinge grupos sociais específicos historicamente invisibilizados.

A prisão, dessa forma, funciona ideologicamente como um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados, livrando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que afligem essas comunidades das quais os prisioneiros são oriundos em números tão desproporcionais. Esse é o trabalho ideológico que a prisão realiza — ela nos livra da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global (DAVIS, 2018, p. 15).

Silva (2017) chama a atenção para a necessidade urgente de racializar o sistema prisional, a partir de uma perspectiva histórica da constituição dos presídios no Brasil.

Dada essa breve contextualização de onde as inquietações do estudo partem, o objetivo geral desta pesquisa é compreender a experiência social de mulheres que mantêm relacionamentos amorosos com homens encarcerados no Ceará. A experiência social é pensada a partir das formas de envolvimento afetivo e relacional enquanto relacionamentos conjugais heterossexuais e da interseccionalidade que compõem as identidades e experiências das mulheres aqui protagonistas. As construções simbólicas cotidianas, portanto, são importantes para compreender as representações sobre encarceramento, família e afetividades e como estas compõem a subjetividade dessas mulheres.

Além disso, também é percebida as formas de classificação dessas mulheres como "mulher de bandido" e "guerreiras". Para isso, identifico as narrativas de vidas das mulheres a partir da compreensão delas do que é ser mulher e ser "mulher de um homem preso", como as relações reproduzem laços familiares, mobilizam ações, conflitos e situações diversas para suas vidas. O ponto de encontro, ou ponto inicial, além desses vários apresentados anteriormente, é a trajetória da Maria, que era esposa de um dos chefes do crime de uma periferia de Fortaleza.

Maria conheceu seu atual companheiro na juventude, ambos residentes do mesmo bairro periférico. Em suas trajetórias, ela conseguiu um emprego formal, enquanto seu companheiro ingressou nos pequenos delitos. Entre idas e vindas do relacionamento, Maria ficou grávida e resolveu se casar com o companheiro. Ele, ao mesmo tempo em que assumia cada vez mais compromissos com ela e o filho,

assumia mais compromisso com “o crime”. Com o aumento das tensões territoriais e após uma condenação, passou à condição de foragido – da polícia e do crime. O relacionamento de Maria a levou a ser alvo de comentários incômodos e depreciativos: “fulana, você nasceu pra ser mulher de bandido, qualquer dia tá na porta da cadeia”, como aconteceu meses depois. Sua narrativa, seu relato sobre si e sua história, são também marcados pelos sentimentos de humilhação e vergonha.

O relato de Maria é um como o de tantas outras Marias que permeiam a história brasileira: Maria Bonita, a mulher “do Lampião”; Ana Davenga, a mulher “de Davenga”; Ana Maria Comacho, a mulher “do Marcola”; Petrô, a mulher “de Geleirão”; Neti, a mulher “do Cesinha”, entre outras. As vidas dessas mulheres são marcadas pelas consequências do envolvimento de seus parceiros em movimentos criminais. Estão suscetíveis a qualquer intervenção que possa vir a acontecer com seus companheiros, mudando completamente o rumo de suas vidas pelos efeitos sociais da conflitualidade e violência entre os grupos armados que disputam poder de mando a partir de um código de honra.

Como principais mulheres que compuseram essa pesquisa comigo, situo aqui: Maria, mulher cis, 27 anos, moradora de uma periferia de Fortaleza, trabalha como secretária em uma escola particular, é solteira no estado civil e mora com o filho e a mãe; Priscila, mulher cis, 25 anos, moradora de uma periferia de Fortaleza, é enfermeira e está desempregada, é solteira no estado civil e mora com o filho e seus pais; e Lara, mulher cis, 27 anos, trabalha em um call center, é solteira no estado civil e mora com o filho.

Adoto a perspectiva de uma análise compreensiva da experiência dessas mulheres, considerando as ações sociais dotadas de sentido e inseridas em uma teia de significados que os sujeitos tecem como forma de elaboração da realidade (GEERTZ, 1989; WEBER, 2014). Assim, é de extrema importância compreender – lançando mão da interseccionalidade (CRENSHAW, 1991; COLLINS; BILGE, 2021), as relações de gênero, raça e classe – como as mulheres, principalmente as mulheres negras, estão vivenciando as dinâmicas amorosas em um contexto de violência urbana em que elas e seus companheiros estão territorializados na dinâmica do crime e, especificamente, na dinâmica das facções cearenses, sem desconsiderar a presença ostensiva e normativa do Estado.

O tempo, nessa perspectiva, é pensado a partir da construção do discurso que as interlocutoras constroem para narrar suas vivências cotidianas – as mais

marcantes podem ser consideradas estruturantes da sua própria identidade (LALANDA, 2004). Algumas questões são importantes durante a pesquisa: primeiramente a interpretação do sistema carcerário e da seletividade penal em curso no país, que opera a partir do racismo antinegro para encarcerar e torturar as pessoas, em grande maioria homens jovens, e por consequência, uma vez sobrevivente desse sistema, o estigma do cárcere segue durante toda a vida. É a partir dessa compreensão, de pano de fundo, que também se faz necessário analisar historicamente como o sistema prisional se perpetua enquanto herança e atualização do colonialismo, nos questionando de que forma ele se reproduz nas instituições.

Em seguida, partindo do que pesquisadores da área da violência e segurança pública do Ceará entendem como o fenômeno da *faccionalização*, como Paiva (2019), Barreira (2013; 2015), Siqueira e Accioly (2018) e Moraes (2018), e os efeitos sociais da violência atravessam o cotidiano das juventudes. Nesse caso, as juventudes das mulheres que namoram ou são casadas com homens presos. A relação entre Estado e homens encarcerados é também um ponto de análise deste trabalho, uma vez que as mulheres estão em constante negociação com ambos, articulando gênero, sexualidade, raça, classe, geração e território. Várias questões individuais e coletivas constituem essas mulheres até agora. Crenshaw (1991) afirma que as experiências que as mulheres vivenciam são moldadas por dimensões de sua identidade, como o gênero, a raça e a classe, sendo, pois, indispensáveis marcadores sociais de análise dessa pesquisa. Beatriz Nascimento (2021) aponta que as narrativas estão territorializadas nos corpos das mulheres, as quais assumem o verdadeiro eixo econômico em torno do qual gira a família negra.

As famílias, ponto crucial de todas essas questões, se articulam como rede de proteção e, por muitas vezes, lutam pela memória de quem já se foi. Ao passo que, a constituição das famílias negras e empobrecidas em questão é marcada pelo dia a dia do encarceramento. O uso de um “fardamento”<sup>9</sup> ou uma roupa igual para todas as familiares que visitam o sistema prisional, o custo com a visita, as burocracias que estão presentes no antes, durante e depois do encarceramento de seus familiares e os significados atribuídos pelas mulheres a esses processos são relevantes e considerados. Diante dessa introdução, alguns questionamentos deram base a essa pesquisa: Quem são as mulheres que visitam homens encarcerados? Como

---

<sup>9</sup> É assim que as mulheres que visitam os presídios no Ceará se referem à roupa exigida para entrada nas unidades a partir de 2018.

vivenciam seus namoros, casamentos e relações afetivas com os homens? Quais são os efeitos sociais do encarceramento em massa na vida dessas mulheres? De que forma as mulheres experienciam e produzem o gênero diante das contingências das visitas sociais? Como os regimes morais fazem parte do cotidiano de mulheres que visitam seus companheiros encarcerados?

Não por fim, mas de início e com a certeza da continuidade das mulheres negras que antecederam meu caminho até aqui, Maya Angelou nos provoca a dar passagem para as histórias que nos mobilizam, pois que nesse texto as estruturas do racismo e sexismo possam ser estremecidas pelas histórias de vidas e formulações teórico-políticas que serão construídas. Bem como, a desnaturalização das grades que forjam ideias de justiça e segurança, mas fazem com que as mulheres operem a gestão da vida diante do contexto que será apresentado detalhadamente. Portanto, as relações conjugais se constituem nesse contexto de construção da subjetividade e são caracterizadas por especificidades próprias a partir do desafio diante do aprisionamento dos homens e, conseqüentemente, das esposas.

No primeiro capítulo, apresento as bases metodológicas para a realização da pesquisa, explorando detalhadamente os caminhos teórico-metodológicos que me conduziram às interlocutoras e ao campo de pesquisa em geral. O esforço é de descrever o campo e as interações produzidas a partir dele, considerando as mudanças e ajustes necessários em decorrência da pandemia de covid-19.

No segundo capítulo, intitulado “As conjugalidade e a prisão”, inicio a discussão sobre os relacionamentos afetivos-conjugais atravessados pelo cárcere, articulando de quais formas essa instituição também é pensada pelas mulheres como um local de fluxo de afetos e cuidado, assim como de controle e negociações. Com as mudanças na administração prisional, diversos protocolos da prisão foram alterados causando uma intensificação da rotina de enfrentamento pelas familiares pelo direito à visita social.

No terceiro e último capítulo, as discussões serão feitas a partir dos achados de pesquisa que versam sobre as dinâmicas de sobrevivências das interlocutoras nas fronteiras dos territórios em que articulam a vida entre família, território e amor e de quais formas as relações conjugais estão presentes nos diferentes territórios que habitam e, principalmente, na “volta para casa”. Assim como refletir sobre os significados que as mulheres atribuem ao futuro, às perspectivas de futuro frente à possibilidade de liberdade de seus companheiros. Por fim, diante disto,

uma pergunta permeia as mulheres com quem pesquisei: “o que eu vou fazer quando ele se soltar?”.

## 2 O CAMPO E AS INTERAÇÕES

*“Na prisão, ninguém é invisível. A família cuida de tudo.”*

Martinha, familiar de preso

### 2.1 Caminhos teórico-metodológicos

O objetivo geral de compreender a experiência social das mulheres em relacionamentos afetivos e conjugais com homens encarcerados é elaborado a partir da pesquisa qualitativa, articulando investigações bibliográficas, documentais e etnográficas de campo com entrevistas em profundidade. A pesquisa bibliográfica se dá pela revisão bibliográfica sobre as produções acadêmicas que discutem afetividades e encarceramento, com ênfase no debate em segurança pública e desigualdades raciais. A pesquisa documental abrange o arcabouço legal constituído pelo Estado, as leis, normativas e documentos que me permitem acessar dados secundários que compõem também os fluxos e burocracias do sistema prisional, sendo possível, portanto, analisar se esses documentos aparecem nas narrativas das mulheres e de que forma estão presentes na organização do cárcere e das visitas.

Esses documentos são especificamente a Lei de Execuções Penais (LEP), lei que sofre diversas alterações desde que foi criada e tem como um dos pontos mais discutidos o direito a visitas às pessoas privadas de liberdade, o que impacta diretamente nos relacionamentos estabelecidos no entremuros das prisões, onde estão também situadas as mulheres dessa pesquisa. Além da LEP, se faz necessário analisar o cadastro de visitantes do sistema penitenciário, o documento com a lista de itens a serem entregues no malote e as cartas que foram enviadas pelo projeto “Mensagem de amor” implementado pela Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará (SAP) durante a pandemia da covid-19, dentre outros.

Já a pesquisa etnográfica de campo é inspirada a partir da necessidade em experienciar o que Marcus (1995) formula sobre diferentes camadas de compreensão das experiências sociais. Partindo da compreensão de que os fenômenos não acontecem em circuitos fechados ou isolados, mas sempre inseridos em uma complexidade de fatores e efeitos sociais que podem ser empreendidos na pesquisa a partir da etnografia multissituada. O autor formula que as interpretações mais canônicas sobre a etnografia sustentam a ideia de “informantes” e objetividade que

remontam a um pesquisador ideal, que tem como princípio a neutralidade e o distanciamento. Além disso, a etnografia multissituada é uma forma de desmontar as dicotomias que insistem em contrapor local e global, micro e macro, objetivo e subjetivo, e incidir em diferentes contextos, desde as visitas sociais, as mobilizações organizadas pelas famílias para exigir direitos, até as interações em redes sociais.

Ao trabalhar com a etnografia multissituada é importante pontuar que Marcus (1995) também chama atenção para a profundidade histórica dos mercados, as diferenças sociais e a interação das pessoas com os diferentes grupos de referência e tecnologias de comunicação. As inovações tecnológicas e a interação com mídias eletrônicas contribuem para a diversificação de papéis assumidos pelos sujeitos. Para ele

(...) a reflexividade é um componente básico da etnografia e da interpretação antropológica, devendo passar pela intertextualidade, pela análise das condições de produção da intersubjetividade e pela crítica cultural (MARCUS, 2015, p. 407-408).

Ao passo que, o diário de campo é o companheiro mais importante nesse caminhar multissituado, pois é revisitando e rememorando minhas escritas em diários de campo que os dados também são principalmente produzidos e analisados.

Nesse sentido, seguindo o que Geertz nos ensina sobre o fazer antropológico, é importante pontuar sobre quando ele discorre sobre o caráter interpretativo das nossas pesquisas e da ciência. Uma vez que deixa de ser experimental e se torna interpretações sempre provisórias e a partir de perspectivas compreensivas.

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 2008, p. 4).

É nesse “tatear” metodológico, pensando com Howard Becker (1993), que a metodologia dessa pesquisa foi se fazendo, construindo uma rede de mulheres que aceitaram ou não fazer parte, mas todas foram importantes para a procura desses significados. Em sua pesquisa, Godoi (2017), citando Telles (2010)<sup>10</sup>, pontua a

---

<sup>10</sup> TELLES, Vera da Silva. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010. p. 21.

importância de seguir as pistas de ordenamentos sociais emergentes a fim de sobrepujar as novas contradições sociais, novos campos de conflito e jogos de poder que se colocam na vida social. À medida em que não se segue essas pistas para enquadrá-la em teorias, mas para evidenciar novas dinâmicas locais e políticas.

Uma das primeiras interlocutoras que tive contato, Maria, é uma jovem mulher que esteve presente em diversos momentos da minha vida, por ser amiga da minha mãe e, apesar de não ser o assunto mais comentado, suas histórias sobre o relacionamento que mantinha com um homem encarcerado sempre surgiam. Vários questionamentos vinham à tona, uma vez que mesmo ela compartilhando suas experiências de paixão, visita, saudade e indignação, os comentários pejorativos não eram poupados por quem estivesse ouvindo. Essa ambiguidade não está presente apenas na vida de Maria, mas também em outras mulheres que pude conversar e acompanhar durante a visita social. No início de 2020, quando iniciei o mestrado e a esta pesquisa de campo nas filas das visitas, as guardadeiras foram imprescindíveis para o meu diálogo com as mulheres que aguardavam ali a abertura dos portões.

É no espaço das guardadeiras onde os limites da prisão podem ser visualizados. Elas ficam bem na entrada dos complexos, do outro lado da BR. Quem chega e quem sai passa por elas, sendo principalmente um local de encontro e apoio. Mesmo sendo o único ponto de apoio para as mulheres, em que é possível guardar os objetos pessoais, trocar de roupa e se alimentar, a estrutura é improvisada e precária. As barracas ficam entre a BR-116 e o mato que circunda o perímetro da prisão. Foi lá, portanto, um dos importantes locais onde pude realizar contatos, conhecer pessoas e estabelecer vínculos.

Figura 1 – Guardadeiras, na margem da BR-116



Fonte: acervo pessoal, 2021.

Figura 2 – Vista de dentro da topique para as guardadeiras



**Fonte:** acervo pessoal, 2021.

Figura 3 – Guardadeiras, enfatizando os colchões e lonas que cobrem as mochilas



**Fonte:** acervo pessoal, 2021.

As idas aos presídios, principalmente tendo um olhar e presença cuidadosa quanto aos arredores das prisões, é extremamente necessária para o objetivo dessa pesquisa, uma vez que a noção de território extrapola os limites físicos e objetivos dos espaços institucionais do Estado. Beatriz Nascimento (2021) deixou em seu legado a compreensão do corpo das mulheres negras como um próprio território, portanto um corpo território que, no caso dessa escrita, apresenta mulheres que carregam seus territórios pelos contextos contraditórios que vivenciam. A observação participante também é um importante suporte para a construção dessas trajetórias.

Nesse sentido, as fronteiras entre o prisional e o urbano não são tão sólidas assim, apesar dos muros altos e a presença de um grande contingente bélico. Observa-se um tensionando no paradigma das “instituições totais”, formulado por Goffman (2019). Pensar esses fluxos penitenciários (GODOI, 2017), portanto, é também identificar a continuidade entre o dentro e o fora das prisões, bem como o trânsito entre as muralhas e o mundão (MALLART; RUI, 2017) e as ligações constituídas por redes afetivas e de apoio que capilarizam as prisões (PADOVANI, 2018).

Essa última – que seria uma brecha, se pensada para além do conceito de “instituições totais” – é a que nos interessa privilegiar nesse estudo, já que as mulheres que acompanhei e realizei entrevistas são as protagonistas desse trânsito, envoltas por histórias de amor e lealdade em constante ambiguidade e aflição. Por isso, as narrativas são de extrema relevância, uma vez que a construção dessas narrativas podem ser caminhos analíticos na pesquisa sociológica. Kofes (2007) evidencia essa questão na medida em que as histórias de vida são instrumentos fundamentais para a compreensão e análise das relações sociais. Em consonância com essa forma de compreender as narrativas, Kofes e Piscitelli (2011) acentuam as narrativas orais e escritas como formas de recriar trajetórias femininas. Privilegiando a experiência como possível de ser comunicada, porque não implica apenas noções e sentimentos, mas também reflexões sobre estes. Assim como afirma Das (1999) sobre as não-narrativas, o silêncio no limite da fala e as conversas temperadas com afirmações acerca do tempo, atentando-nos para a temporalidade interna das narrativas em um contexto situacional.

Essas entrevistas<sup>11</sup> estão sendo conduzidas a partir do que Kaufmann (2013) e Lalande (1998) denominam de entrevista compreensiva ou entrevista em profundidade, permitindo abordar o universo que o interlocutor narra em seu discurso, ou seja, “as representações e os significados que atribui ao mundo que o rodeia e os acontecimentos que relata como fazendo parte da sua história” (LALANDA, 1998, p. 975). A autora, ao abordar a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica, aponta caminhos e técnicas da Sociologia que tornam possíveis e fundamentam a análise compreensiva da fala com a entrevista em profundidade. Dessa forma, o contato direto entre entrevistador e entrevistado não visa distanciar a relação, mas humaniza a

---

<sup>11</sup> No anexo A está o roteiro de entrevista semiestruturada que utilizo para guiar as conversas, tentando ser o mais fiel possível, mas entendendo que novas perguntas podem e devem ser feitas.

pesquisa, considerando que a entrevista não é apenas uma técnica, mas também uma experiência humana e, assim, ação social dotada de sentido. Por isso, a escolha pela entrevista compreensiva se faz pelo sentido de que, como afirma Lalanda (1998, p. 875) “contar-se é também olhar-se e identificar momentos marcantes de transição e mudança”. Além disso, a importância desse tipo de entrevista na pesquisa sociológica é revelada ao passo que os momentos de narrativa de uma história individual apontam para uma dimensão do contexto social.

Esses caminhos teórico-políticos apontam para o interesse nas práticas de fabricação social do mundo, pelas representações das realidades sociais em cada narrativa, conectando-as, inclusive, às materialidades do Estado (VIANNA; LOWENKRON, 2017). Essas fabricações estão situadas em um contexto de prisão, conjugalidade e território, sendo estas as principais categorias mobilizadas pelas interlocutoras para narrar acontecimentos das suas vidas. Como afirma Aboim (2006), a conjugalidade se torna possível experiência de análise quando é narrada pelas mulheres. Com essa narração, é possível perceber as dimensões simbólicas dos valores, das representações sociais e das diferentes maneiras em que se articula o par intimidade e humanidade em histórias de relacionamentos amorosos, afetivos e sexuais atravessados por desigualdades.

## **2.2 Diálogos e entradas em campo**

Como forma de entrelaçar esses caminhos e elementos, que no momento da pesquisa contaram com o elemento surpresa da “pandemia de covid-19”, que nos atravessa de forma devastadora desde o início do mestrado, as visitas sociais nos presídios foram suspensas e a minha presença nos arredores das prisões e com as mulheres em outros locais também. A pandemia, portanto, bagunçou nossas vidas e, obviamente, o andamento da pesquisa, as estratégias tecidas e nos lembrou de que no sistema capitalista não importa se morrem mais de duas mil pessoas por dia, a exigência por produtividade continua. Os impactos da covid-19 ainda são difíceis de calcular, – mesmo diante dos genocídios negro e indígena que insistiam em nos matar todos os dias – portanto, a pandemia causada pelo vírus da covid-19 de fato modificou os cotidianos e futuros de quem a está vivenciando. Por isso, a pesquisa de campo presencial parecia impossível, tive certeza disso no dia 16 de abril quando estava em uma lanchonete ao lado de fora das prisões em Itaitinga e as visitas foram suspensas.

Essa foi, pois, a primeira medida sanitária decretada pelo governo do Estado do Ceará. Muitas mulheres choravam desesperadas, pois não entregaram o malote e não viram seus familiares. Ali, a pesquisa de campo, em uma realidade antes da pandemia que hoje nos parece tão distante, se mostrou inviável.

Figura 4 – Ponto de ônibus das topiques para as prisões da Região Metropolitana de Fortaleza em um dia de chuva



**Fonte:** acervo pessoal, 2021.

Acima fotografia do ponto de ônibus onde as topiques passam em direção às prisões localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza. Esse também se configurou, assim como as guardadeiras, e antes de chegar até elas, como um espaço de diálogo e entrada em campo. É um espaço de encontro e reconhecimento, quando por exemplo a topique amarela vai apenas para um complexo e outra não. Então, quem pega a topique amarela, por exemplo, já é identificada como visita da unidade de Pacatuba e vivencia uma viagem mais longa, sabendo que as outras que ficam irão

para outro complexo em Aquiraz ou Itaitinga. Foi desse ponto também de onde parti nas primeiras idas aos arredores da prisão. Nessa chegada e “apresentação” em campo durante os primeiros meses de 2020, até o início das medidas de isolamento social, quando fui aos arredores das prisões e entrei em algumas, foram momentos de algumas percepções iniciais sobre a minha relação com o ambiente prisional e as mulheres que estavam visitando. Na entrada do complexo penitenciário, no primeiro portão com escolta policial, ao entrarmos de carro com uma pesquisadora que estava coordenando a pesquisa da UFMG, um policial penal<sup>12</sup> pediu as identidades de todas as pesquisadoras presentes e ao conferir todas parou em duas. Mostrou as identidades para um pesquisador que ficou responsável de trazê-las de volta e perguntou se era a mesma pessoa: eu e outra pesquisadora negra. Obviamente, os nomes, CPFs e todas as informações dos documentos eram diferentes, o pesquisador evidenciou isso ao policial e teve as identidades liberadas. Ao entregá-las para nós, a outra pesquisadora afirmou: “o racismo aqui começa na entrada, se a gente entrar sem farda ou de carro já é estranho pra eles”. Ao passo que, do lado de fora das prisões, depois dos portões, pude conversar e aplicar questionários com algumas mulheres sentadas aguardando os portões abrirem e o reconhecimento ali foi outro, os comentários sobre cabelos e estética se estenderam até as questões sobre abusos com essa mesma estética nas filas de visitas. Uma delas me contou que tem muito receio de entrar com o cabelo solto, pois os “agentes” podem desconfiar de algum objeto no cabelo, como já viu acontecer com outras mulheres.

Aos poucos, contei a essas quatro mulheres sobre o meu trabalho do mestrado, disse que estava tentando entender as relações afetivas no entremuros das prisões, nessa condição de encarceramento dos homens e liberdade das mulheres. Foram muitos comentários sobre como elas se sentiam e uma delas disse: “êh, amiga, eu tô aqui ou é por amor ou é por ódio”. Todas riram, uma delas me ofereceu bolo e café, mas a minha equipe de pesquisa já estava indo embora e eu precisava encerrar a conversa por ali. A mulher que apliquei questionário da pesquisa, coincidentemente, era esposa de um homem que eu também apliquei o questionário dentro da prisão. Essa coincidência fez com que eu pudesse dizer a ela como ele estava fisicamente,

---

<sup>12</sup> Em 2020, foi criada a categoria de policiais penais a partir da Emenda Constitucional (EC) n.º 104/2019, que entre outras mudanças altera a nomenclatura de agentes penitenciários para policiais penais, atribui o uso de arma de fogo e a seleção de novos policiais por meio de concurso público.

pois ela estava muito preocupada com a integridade física dele. Ela tinha 23 anos e um filho, seu marido estava preso há cinco anos e ela o visitava desde então. Depois da nossa conversa ela me desejou sorte no trabalho, pois disse que “ninguém merece viver essa vida”.

Vários diálogos foram feitos durante esses primeiros meses de campo, que ainda se confundiam entre a pesquisa da UFMG e a minha pesquisa, mas que foi de extrema importância para entender com quem eu precisava conversar. Em uma conversa com a irmã de uma mulher encarcerada, ela trouxe novamente a fala de que “ninguém merece essa vida” e falou com tristeza sobre como ela percebe os rumos que as prisões estão tomando no Ceará, a partir da sua experiência de familiar que visita a irmã desde 2019. Nesse ponto, ela atribuiu a piora das situações de violência e abusos à morte de Marielle Franco<sup>13</sup>, afirmando que “pra gente da nossa cor, do nosso cabelo e das nossas origens só tem morte e destruição”. Tudo isso sendo conversado baixinho, pois estávamos descendo a ladeira que dá acesso à saída do complexo prisional. Fardada com uma blusa branca sem bolsos, uma calça leggings cinza sem bolsos e uma havaiana branca subindo a ladeira do complexo penitenciário levando o malote pesado. Essa foi a cena mais rotineira da minha pesquisa de campo, conforme fotografia a seguir:

---

<sup>13</sup> Marielle Franco foi uma vereadora, socióloga e moradora da favela da maré no Rio de Janeiro assassinada em 2019 pela milícia. O caso ainda é investigado e a sua vida se tornou um símbolo político de luta pela dignidade e garantia de direitos.

Figura 5 – Dia de visita. Mulheres com seus malotes se preparando para entrar no complexo



**Fonte:** acervo pessoal, 2021.

Outra cena muito comum foi a de mulheres guardando bolsas e trocando de roupa no mato, por não ter um espaço destinado para isso nos arredores da prisão. A troca da roupa é algo recente no estado e continuamente apontado pelas mulheres como uma necessidade, pois algumas não querem atravessar a cidade com a roupa que as identifica como visita no sistema prisional.

Figura 6 – Matagal em que as mulheres guardam suas bolsas e trocam de roupa



**Fonte:** acervo pessoal, 2021.

Mesmo com as dificuldades causadas pela pandemia de covid-19, novas estratégias da minha presença com as mulheres foram traçadas. Nesse contato nos arredores das prisões que tive com algumas mulheres que estavam visitando antes da suspensão das visitas, pude conversar e produzir diários de campo importantes para a aproximação com as questões das visitas sociais. Retomei alguns telefones e tentei contato com mensagens pelo *whatsapp*<sup>14</sup> e ligação. A primeira que telefonei e

---

<sup>14</sup> Aplicativo de mensagens em que é possível compartilhar fotos, áudios, arquivos e realizar chamadas.

me atendeu foi a “esposa da segurança máxima”, forma como se apresentou para mim quando nos conhecemos, que chamarei aqui pelo nome fictício de Nataly. Eu liguei à tarde e a cumprimentei recordando as nossas conversas no início do ano, ela lembrou e ficou bastante contente por eu ter ligado e lembrado, no entanto disse estar ocupada no momento e pediu para eu retornar em outra hora ou mandar mensagens pelo *whatsapp*. Agradei e assim o fiz, enviei mensagens pelo aplicativo, e assim iniciamos uma conversa a fim de marcar um encontro virtual ou presencial para realizar a entrevista. Utilizei do contato via aplicativo de conversa para tentar estabelecer uma relação de confiança, me apoiando nas conversas que tínhamos tido presencialmente e tudo indicava que Nataly seria uma interlocutora por mais tempo. No entanto, em uma das conversas ela me avisa que gosta de conversar comigo, mas, a partir daquele momento, não queria participar da minha pesquisa, avaliando os riscos que poderiam ocorrer caso o seu marido imaginasse que ela estava falando sobre o relacionamento com outra pessoa. Foi uma surpresa, mas entendendo a delicadeza do tema e as preocupações de Nataly, apenas agradei e me desculpei por qualquer coisa. A partir daí mantivemos contato, mas não como minha interlocutora de pesquisa.

Ao retomar um segundo telefone, da Kelly, outra situação desafiadora surgiu. Conheci Kelly em uma manifestação na praia de Iracema, na orla de Fortaleza, cuja exigência era pelo retorno das visitas sociais e contra as torturas dentro das prisões. Nós conversamos durante o ato e ela me passou o seu número de telefone. Meses depois, quando liguei, já sem esperanças de que o número ainda fosse dela ou que ela me atenderia, um homem atende e diz que não é o telefone da Kelly. Desliguei e pensei que não daria mais certo, seria um contato perdido. Horas depois, já por volta das dezenove horas, ela me liga e diz que quem atendeu foi o marido dela, pois eles dois compartilham o mesmo telefone pela condição dele de recém-saído da prisão. Essa conversa com a Kelly me lembrou de um receio de conversar por telefone: a segurança. Como eu poderia garantir a mínima segurança da interlocutora ao conversar comigo? Como garantir que ninguém está ouvindo? Então, ao conversar com a Kelly eu sabia que o seu marido teria acesso a todas as mensagens, inclusive uma vez em que ele respondeu que quando ela chegasse me responderia.

Assim como as mulheres que conversei nos primeiros meses de presença nos arredores das prisões, as histórias e experiências são únicas e guardam suas especificidades e intersecções. No entanto, é também a similaridade da experiência

de serem mulheres jovens, mães e esposas de homens em privação de liberdade que fazem com que seus caminhos se encontrem. Além disso, a maioria das mulheres tem a experiência da racialização a partir da negritude. A referência dessas duas mulheres – Kelly e Nataly – para comigo, estava limitada a encontros presenciais em lugares sem a intervenção de outras pessoas diferentes das que nos reconheciam. Com a Nataly pude conversar nos arredores da prisão e com a Kelly em uma manifestação, conversas importantes, mas com a pandemia e o distanciamento social, foi impossível continuar as conversas e construir uma confiança que me mantivesse em contato com elas e me levasse a outras mulheres a partir da indicação delas.

Também houve outra tentativa de estabelecer contatos que não foi bem sucedida, mas representou uma questão sobre as dinâmicas de conflitualidade e violência na cidade de Fortaleza. Meu primo João Pedro me falou sobre uma conhecida, vizinha dele e de uma parte da minha família, que têm o companheiro encarcerado e então surgiu a ideia de conversar com ela. No entanto, durante as conversas com ele procurei saber como estava a dinâmica da rua, da casa que ela mora e das relações que ele tem com as pessoas “envolvidas”<sup>15</sup>, para evitar que qualquer situação constrangedora pudesse surgir a partir da “curiosidade” dele com o relacionamento dela. Ele me disse que onde ela mora a polícia invade muitas vezes durante o mês e é também onde acontecem reuniões de uma facção. Pelo meu primo não ser envolvido, mas ser cria do território e ter que conviver cuidadosamente com situações de conflito entre os moradores da casa vizinha e a polícia, optei por pedir que ele não falasse e esquecesse a possibilidade de fazer contato entre mim e a sua amiga.

Após essas tentativas, somada à impossibilidade de ir presencialmente encontrar as mulheres e fazer esses diálogos de outra forma, talvez até conseguindo estabelecer relações de confiança e parceria com todas as pessoas que citei, uma amiga assistente social<sup>16</sup> que conheci em um seminário sobre a letalidade juvenil em Fortaleza em 2018 se dispôs a me ajudar, me apresentando a uma amiga próxima.

---

<sup>15</sup> As pessoas, mas normalmente os jovens, são denominados “envolvidos” a partir da sua aproximação e ação a partir das facções. Essa categoria pode ter diferentes sentidos, mas no caso dessa situação, são pessoas que vestem a camisa da facção e agem de acordo com os códigos de conduta, estabelecendo relações de poder e familiaridade.

<sup>16</sup> Kaciane é assistente social de formação e nós nos aproximamos pelo interesse comum na militância sobre o sistema socioeducativo. Além disso, ela também já foi casada com um adolescente que esteve em internação, momento em que nos conhecemos. Somos amigas e a sua disposição em me ajudar é valiosa e muito importante.

Segundo ela, a sua amiga “não gosta nem de falar sobre isso, ela não fala com ninguém”, mas disse que comigo talvez ela falasse, contanto que fosse em um lugar seguro e sem exposição. A amiga dela topou e mais uma vez o aplicativo de mensagens – *whatsapp* – entrou em cena. Trocamos mensagens e logo na primeira resposta dela, a quem chamarei de lara, confirmou a informação: “eu nem gosto muito de falar sobre prisão, Fernanda, mas com você eu posso conversar”. lara, com o passar do tempo, me apresentou a outra amiga e assim sucessivamente.

Os diálogos, entrevistas e contato com a Maria, primeira interlocutora, a qual acompanho desde antes da elaboração do meu projeto de pesquisa, permanecem frequentes, hoje ela não visita mais o ex-marido, mas compartilhou como foi a sua experiência durante o aprisionamento dele e agora depois da sua saída. Evidenciando principalmente a maternidade e como, olhando para o que viveu enquanto visita, queria poder não ter passado pelo o que passou ou esquecer. É preciso, portanto, que diante dessas diferentes situações e relatos, ter a sensibilidade e respeito com os relatos de dor que tanto Maria como as outras mulheres trazem, procurando não piorar ou insistir em questões que trouxessem sofrimento a elas.

Estar nos arredores e filas de visitas sociais me causava um receio: não ser compreendida como pesquisadora e gerar ciúmes ou desconfiança junto às namoradas e esposas. Na primeira vez em que fui com a lara, minha ideia era ficar na BR-116 junto às guardadeiras e esperar o fim da visita, mas lara não aceitou e, de certa forma, liberou a minha subida junto às outras mulheres, afirmando que “você vai subir, não veio até aqui para ficar na beira da estrada, vamos comigo, troca de roupa e segura esse malote!”. Aluguei uma calça legging cinza por cinco reais e subimos a ladeira. As dinâmicas de trocas de roupas são importantes e muito comentadas pelas mulheres como algo que as atrapalha e tem impactos em como elas são identificadas nas ruas, como dito anteriormente. Os arranjos para subir o presídio e as formas de legitimar esse acesso para mim foram sendo construídas a cada dia. A solidariedade e atenção das mulheres umas com as outras e comigo foi fundamental para que eu pudesse realizar a pesquisa percorrendo os trajetos que elas percorrem rotineiramente. É fato que me insiro também enquanto corpo, tendo em vista que “se o corpo se ausenta não há encontro, não há misturas” (DIÓGENES, 2003, p.17).

Portanto, apenas em termos de organização, a pesquisa aconteceu em três momentos distintos, alguns concomitantes e todos complementares: em um primeiro momento antes da pandemia, acompanhei as visitas sociais por cerca de um mês; no

segundo, durante a pandemia, acompanhei a articulação e mobilização das mulheres em manifestações presenciais e comecei a me debruçar sobre os documentos já citados acima; no terceiro, iniciei entrevistas semiestruturadas de forma virtual e presencial e voltei a acompanhar as visitas sociais. Apresento as experiências de quatro mulheres com as quais construí esse trabalho: Maria, Nataly, Lara e Priscila. As experiências de Nataly estão limitadas até onde me foi permitido trabalhar. Essas foram tentativas e estratégias traçadas para enfrentar as incertezas da pandemia e tentar manter os objetivos da pesquisa a partir da ética de pesquisa que preza por uma relação cuidadosa e segura com as interlocutoras, considerando que algumas mulheres não têm acesso à internet ou a dispositivos móveis que possam participar da pesquisa, além dos fatores de segurança ao conversar sobre relações inscritas em contexto de disputa de territórios e moralidades.

Os dados até aqui construídos foram analisados a partir da interseccionalidade como ferramenta metodológica que prioriza a superação das invisibilidades decorrentes das diversas subordinações interseccionais que tornam possíveis acentuar e desnaturalizar as contradições. Intelectuais como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento em meados de 1980 formularam questões a partir da consideração das opressões estruturais de raça, classe e gênero, no entanto o campo da interseccionalidade ainda não tinha sido cunhado. Apenas anos depois dessas autoras produzirem sobre as intersecções impostas às mulheres negras, Kimberlé Crenshaw cunha o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 1991). No artigo “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas”, argumenta que a combinação de racismo e sexismo afeta a vida das mulheres negras de maneiras que não podem ser compreendidas se examinadas separadamente, mas sempre em intersecção (CRENSHAW, 1991). Essa ferramenta metodológica não é totalizante, apenas lança luz para a multiplicidade de maneiras pelas quais raça e gênero se cruzam, moldando aspectos estruturais.

A crítica feita por Crenshaw (2000) aos direitos humanos no início dos anos dois mil colocava em questão a invisibilidade das situações de violência sofridas pelas mulheres negras. Bem como, também argumentou Lélia González (1984) ao discutir sobre a condição das mulheres negras no Brasil, inclusive tensionando sobre o lugar destas na formação social do país a partir, por exemplo, da constituição de famílias negras. Nesse sentido, Lélia escancara as negligências das análises que sequer consideravam as mulheres negras como humanas, mas apenas como objeto e objeto

do saber, insistindo em esquecer os efeitos sociais do racismo e sexismo em suas vidas, ao passo que privilegiavam as análises a partir da classe, separadamente da raça e gênero.

A proposta aqui não é desconsiderar classe, mas colocá-la enquanto categoria interseccional à raça e gênero. É preciso, portanto, racializar o debate sobre gênero e classe, colocando em evidência como o racismo estrutural configura o encarceramento em massa e de que forma impacta nos relacionamentos estabelecidos no entremuros das prisões. As sociólogas Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), afirmam que:

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica aponta para várias dimensões importantes do crescimento da desigualdade global. Primeiro, a desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas de cor, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documento e grupos indígenas. Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo. Alguns grupos são especialmente vulneráveis às mudanças na economia global, enquanto outros se beneficiam desproporcionalmente delas. A interseccionalidade fornece uma estrutura de interseção entre desigualdades sociais e desigualdade econômica como medida da desigualdade social global (COLLINS; BILGE, p. 33).

Assim, a interseccionalidade lança luz sobre aspectos da experiência individual que podemos não perceber (COLLINS; BILGE, 2021). Uma vez que é a partir dela que também é possível avançar analiticamente na imbricação entre gênero, raça e classe, abordando-os conjuntamente e atravessando as opressões que os definem, pois se faz também enquanto problemática sociológica. A socióloga Mara Viveros Vigoya argumenta que “*la interseccionalidad también es una problemática sociológica: la articulación de las relaciones de clase, género y raza es una articulación concreta, [...]*” (VIGOYA, 2016, p. 9).

As tramas de poder em que as interlocutoras desta pesquisa estão inseridas também evidenciam as diferentes subordinações às quais são submetidas, bem como levantes de insubordinação. São mães, mulheres negras, periféricas e têm diferentes fontes de renda e arranjos familiares, bem como vivenciam a juventude e os relacionamentos conjugais de formas particulares. Além disso, a forma como elas interpretam o encarceramento e o Estado, apresentam um modo específico de compreender o funcionamento e os efeitos psicossociais de ambos em suas vidas e

na vida de seus filhos e maridos. Por isso, a cada conversa elas expõem suas vidas e dilemas, atribuindo significados singulares que produzem e reproduzem a vida social.

### **2.3 Referencial teórico entrelaçado ao tema de pesquisa: gênero, raça e território**

Estamos partindo de uma análise compreensiva da realidade das mulheres em relações conjugais com homens encarcerados, lançando mão do que Max Weber (2016) formulou sobre nexos e regularidades da conduta humana como possíveis de interpretação, contendo evidências qualitativas específicas. Em que mesmo existindo comportamentos iguais em seu curso e resultado, os sentidos podem ser muito vastos, entre os quais os que podem ser compreendidos de maneira mais evidente nem sempre são os que estão em jogo (WEBER, 2016). Por isso, a função da Sociologia compreensiva é problematizar aquilo que se mostra muito evidente por convenção, analisando as convicções a partir de sua eficácia causal e também do contexto histórico observado. O indivíduo, em Weber, não está isolado. São as relações sociais a partir das ações que dão forma a sociedade, sendo esta analisada a partir do fundamento do individualismo na modernidade.

As histórias das mulheres que visitam seus namorados e maridos contam muito sobre as trajetórias de vida, relacionamentos e afetos no contexto do encarceramento. Além disso, contam das dinâmicas da violência urbana, e estão ganhando espaço nas pesquisas em Ciências Sociais. A pesquisadora Natália Lago (2014; 2019), em seu trabalho sobre as visitas sociais em São Paulo e as formas de produção de feminilidade e masculinidade, enfatiza a relação entre os debates de gênero e sexualidade e os estudos sobre prisão:

Vale dizer que a produção desses trabalhos representa um esforço em construir enquadramentos que discutem a prisão a partir de perspectivas que entendem gênero em sua dimensão relacional; nesse sentido, não se trata de considerar tais trabalhos como contribuições no âmbito das prisões femininas, e sim como contribuições no campo de estudos sobre prisões (LAGO, 2019, p. 22).

O campo de estudos sobre prisões se configura a partir de trabalhos que buscam, por exemplo, enfatizar a agência das pessoas que têm a vida atravessada pelas prisões de diferentes maneiras, constituindo a compreensão sobre como ocorre a regulação e gerência da vida nas prisões. No sudeste, as pesquisas de Godoi

([2015]2017), Padovani ([2015]2021), Lago (2014; 2015; 2017; 2019), Lago e Zamboni (2016), Negretti (2015), Ferraz de Lima (2013) e Biondi ([2009]2010) apresentam perspectivas de estudos sobre prisões que aprofundam e colocam em evidência as redes que são estabelecidas, e não só, mas continuadas nas tramas do encarceramento. As produções indicam que a prisão não rompe os vínculos por completo, ela faz parte de uma reconfiguração.

Negretti (2015), ao estudar mulheres em situação de aprisionamento, evidencia que a porosidade da prisão se revela na conformação de relações diversas surgidas nesse ambiente, que conjugam questões societárias compostas em outras relações, articulando aproximações e separações entre grupos e redes. A aproximação se encontra circunscrita em um aspecto de liberdade, conformada no campo de práticas e discursos prisionais, de forma que o distanciamento se conjuga em interpessoalidades, ambas na mobilização de ilegalidades e moralidades articuladas em relações de gênero, sexualidade e classe.

Lago (2015) argumenta que o gênero combinado com a situação social constitui centralidade para a compreensão do posicionamento de mulheres em situação de aprisionamento, uma vez que estabelece algumas expectativas e desempenhos específicos acerca dos discursos produzidos por essas mulheres sobre família e seus relacionamentos afetivos, compondo sua posicionalidade no mundo da prisão e costurando a experiência do cárcere com a rua. Neste sentido, o valor atribuído às suas famílias aponta elementos ante às outras noções construídas por atores diversos em torno dos regimes prisionais e sistemas de justiça. Por conseguinte, a noção de família como aspectos relacionais que convocam o vínculo sanguíneo, mas também o transcende, emerge enquanto categoria nativa que sustenta a elaboração de significados e experiências das mulheres com o aprisionamento.

Nessa esteira, Lago e Zamboni (2016, p. 16) exploram o argumento de que “as relações de gênero e sexualidade são estruturantes dos dispositivos de privação de liberdade como um todo, e não apenas das experiências dos sujeitos marcados por gênero e sexualidade no interior da prisão” e, assim, asseveram que as relações afetivas mediadas pela experiência da prisão constituem relevante chave analítica para a compreensão das relações entre pessoas nos entremeios institucionais do cárcere.

Dessa forma, as relações afetivas e familiares construídas e desenvolvidas em contexto de privação de liberdade agencia relações inscritas como fluxos de cuidado, afeto e significações que conformam a experiência social nos entre muros das prisões, a qual é marcada por atravessamentos de gênero, território, sexualidade, classe e posicionalidades em torno da figura de mulheres e famílias, dialogando diretamente com o argumento desenvolvido nesta pesquisa.

Já Lago (2017) aponta que a categoria *mulher de preso* agencia moralidades implicadas em diferenças e hierarquias entre as mulheres, sobretudo considerando a inscrição na experiência de visita ou produção de vida e sociabilidades em torno da prisão que não sejam vinculadas a uma condição do homem em situação de cárcere. Ainda neste sentido, ao estudar os regimes de relações que circulam em pensões para essas mulheres em situação de visita social, articulam as relações de gênero presentes e controle de fluxo de informações insculpidas em tensões diversas, chamando atenção para determinados comportamentos, que mesmo não aprovados pelas mulheres se constituíam em enredos possíveis, de modo que algumas “condutas de mulher de preso que não se desatavam das condutas dos seus homens” (LAGO, 2017, p. 52).

Ferraz de Lima (2013) desenvolve uma etnografia com mulheres de presos do PCC em seus cotidianos de visita social, situando o ponto de vista dessas mulheres acerca das noções de família, desdobradas em uma perspectiva do ponto de vista institucional, dos apenados e das próprias *cunhadas*, guiando-se pela experiência de descrição adensada das viagens para os dias de visita nos acontecimentos vividos pelas cunhadas relacionados à experiência e eventualidade do aprisionamento. Em seu percurso analítico, anuncia algumas categorias como a mulher fiel e diversas noções de família, as quais são articuladas por conceituações de evento alinhavadas em torno da significação de caminhada perpassada por uma ética, bem como proceder, fidelidade e família (FERRAZ DE LIMA, 2013).

Retomando esses estudos, Godoi (2017) evidencia que o funcionamento das prisões anuncia um cotidiano de produções realizadas por mobilizações contínuas por agentes diversos dentro e fora dos muros das instituições, sobretudo de presos e seus familiares, instituindo regimes porosos em vasos comunicantes por entre esses muros. Padovani (2018), neste sentido, considera as prisões como espaços produtivos de relações demarcados pelo gênero e a experiência social em torno da privação de liberdade conformam as trajetórias de vida dos sujeitos em relações

afetivas e familiares, constituindo noções particulares de família. Da mesma forma que Biondi (2010) anuncia territorialidades e composições em políticas de territorialização e desterritorialização acerca das relações contingenciadas em torno do PCC e, por conseguinte, dos regimes de privação de liberdade.

No nordeste, ainda subscrevendo esse campo das prisões (PADOVANI, 2019), autores como Nascimento (2018), Accioly (2020) e Nascimento e Siqueira (2022) desdobram investigações sobre os regimes de aprisionamento e seus funcionamentos locais no estado do Ceará.

Nascimento (2018) desenvolveu etnografia multissituada sobre narrativas e experiências de travestis em cumprimento de pena no estado do Ceará e, desdobrando elementos de Godoi (2017), considera a prisão como um espaço dotado de uma porosidade que se inscreve na regulação de corpos, sexualidades e objetos enquanto um território de governo, que exaspera a condição de cidadania de travestis, situando o gênero, sexualidade, classe social e territorialidades como elementos analíticos importantes para a compreensão dos regimes prisionais.

Já a etnografia de Accioly (2020) versa sobre as experiências de escrita literária com a utilização da linguagem de fanzines em presídios cearenses, por meio da impressão de uma experiência da vida encarcerada representada em mecanismos de comunicação entre os fluxos da prisão – internos, familiares e profissionais que trabalham no presídio – na mobilização de pertencas entre condições de escrita em um cotidiano de interdições.

Neste sentido, Nascimento e Siqueira (2022) analisam dinâmicas mobilizadas pelo crime considerando o dentro e o fora de prisões no Ceará, situando posições analíticas em etnografias acerca de práticas criminais faccionalizadas em confronto com forças empregadas nas dinâmicas estatais nos próprios regimes institucionais das prisões, mas também nos bairros. Com isso, ensejam o argumento de fronteiras borradas entre os muros das prisões e os espaços de vida nos bairros periféricos, agenciado pelas práticas de governo disputadas entre facções e o Estado que articulam conflitos armados (NASCIMENTO; SIQUEIRA, 2022).

As proposições de Godoi (2017) e Padovani (2018) permeiam essas produções, no sentido de apontar o reconhecimento da prisão como uma experiência social porosa e comunicante que articula regimes de produção de vida e transcendem o espaço institucional para as ruas em sociabilidades agenciadas em relações afetivas, formas de governar, territórios, família, amor, relações de gênero e

conjugalidades. Proposições, as quais são particularmente relevantes para a pesquisa realizada, conjugadas com a racialidade negra em sua experiência social.

Assim, trago também nesse trabalho os saberes produzidos na BR-116, Km 27, onde as mulheres articulam estratégias frente à regulação ostensiva de seus corpos e desejos. O trecho a seguir é um relato publicizado por uma página abolicionista penal na rede social *instagram*, em que uma mulher, e seguidora da página, escreve:

*Visita, 13 de setembro de 2020.*

*Acordei cedo, aliás, nem dormi direito com a esperança de vê-lo após seis meses. Conferi todos os materiais lendo a lista de trás para frente, de frente para trás. Vesti a roupa padrão, para não correr nenhum risco de ser barrada (todos(as) sabem que qualquer coisa é motivo para cancelar uma visita). Algumas horas de espera abaixo do sol escaldante. Após isso, subo com o malote pesado e um colchão comprado à custa do meu trabalho e suor (muitos diriam: “Essa aí é louca... um trabalho desses pra deixar as coisas pra um bandido?!”. Certamente, quem pensa dessa forma não sabe nem um pouco sobre o amor. O amor é misericordioso, não olha pro passado, como se espera a mudança como se espera cada novo amanhecer, preocupa-se, luta pela vida do outro!) Mais algumas horas de espera e alguns procedimentos necessários para entrar (dor de barriga, coração acelerado!) Entrei. Consegui avistá-lo de longe. Quase não o reconheci, a sensação de esperança começou a se transformar em sensação de angústia! Senti-me como se estivesse entrando em um campo de concentração da Alemanha nazista: todos magros de não comer, abatidos pelos procedimentos e por não dormir! A palavra me traiu. Não consegui falar absolutamente nada inicialmente, somente chorar. Em 20 minutos pude comprovar que está vivo, mas não inteiro. O corpo desfaleceu e o olhar perdeu o brilho. Você já se sentiu em uma situação de estar morto em vida?! Então, acho que a sensação dele é essa. Os 20 minutos passaram depressa,*

*e eu que deveria voltar cheia de alegria por tê-lo visto vivo, retornei com muitas reflexões: O crime não deixou de existir porque pessoas são torturadas nas prisões. Mesmo após o chamado “endurecimento” da administração penitenciária não deixou de haver reincidência. Enquanto isso, alguns detentos são utilizados como bodes expiatórios para transmitir à sociedade uma falsa sensação de segurança. O discurso de ressocialização só existe em papéis! Como vou construir uma nova vida com meu companheiro se ele não estiver inteiro? Como ressocializar se o Estado quer ele morto? Sem saber dos efeitos colaterais do sistema, todo mundo vai seguindo seu curso normal acreditando que está tudo bem. É a matrix de ilusões! Enquanto isso, o moinho do Estado vai nos esmagando todos os dias, da quebrada ao presídio, do presídio a quebrada. Assina: só mais uma companheira de um detento esmagada pelo Estado.*

Esse relato anônimo, mas assinado de forma taxativa, evidencia questões fundamentais sobre como essa companheira se sente e significa os sentimentos diante da prisão de seu companheiro. E, especificamente, durante a visita e sua condição de esposa visitante, desde sua preparação até o desenrolar das suas expectativas. *“Em 20 minutos pude comprovar que está vivo, mas não inteiro”*, a compreensão de que estar na prisão e vivenciar os regimes da prisão não é estar inteiro faz parte do que se entende sobre o cárcere.

A antropóloga Veena Das (1999) discute sobre o trabalho do tempo nas narrativas de violência, apontando que o que muitas vezes é indizível a partir da experiência individual, se torna dizível quando compartilhado. É a ideia de narrar para compreender. Reconstruir histórias e narrá-las. Das (1999) afirma também que é a partir do ato de testemunhar, como ser uma esposa que visita o marido após meses em meio a uma pandemia sem vê-lo, que um conhecimento, denominado por ela de “conhecimento venenoso”, pode ser compartilhado e reconhecido coletivamente.

Nesse sentido, o tempo não é apenas uma representação, mas um agente que trabalha na modificação das relações, mesmo nos limites da fala. No relato, ela afirma que não consegue falar nada, é uma situação para a qual ela não encontra

palavras, apenas o choque de testemunhar a presença do seu marido e tudo o que essa imagem lhe apresenta. Como ela escreveu: “A palavra me traiu.” É, portanto, no exercício de contar, como afirma Das (1999), que a cena seja recriada com novos significados, dessa vez para as reflexões e interpretações sobre o Estado.

Além disso, a aproximação e presença das mulheres em coletivos criminais não é novidade no Brasil e, principalmente, no Nordeste brasileiro. A maior representação da cultura popular conhecida como “mulher de bandido” que temos no Nordeste é Maria Bonita, personagem da história do cangaço como a esposa de Lampião, cangaceiro chefe do bando. Muito se argumenta sobre a entrada de Maria Bonita ao bando, já que era um grupo formado prioritariamente por homens, conjecturando se ela teria sido sequestrada e obrigada a ficar com Lampião ou se ela teria ido por vontade própria. A versão oficial da sua permanência no grupo ainda não foi revelada, e não temos declarações da própria Maria Bonita sobre isso. Esse trabalho parte também desse ponto: onde está a história de mulheres como Maria Bonita e como a retrataram? Como foi sua trajetória de vida enquanto mulher e, além disso, “mulher de bandido”? Longe de mitificar ou romantizar essas experiências, a teoria social brasileira sobre crime, prisões e relações afetivas partem da desnaturalização das condições de “fazer família” imposta pelo cárcere.

Convém pontuar que a compreensão de crime parte do que Ramalho (2008) discute sobre o *mundo do crime* não como uma realidade isolada e apartada de *outros mundos*, mas percebendo a variedade de fatores e tramas que subsidiam o crime enquanto atividade ilícita e violenta, ao passo que estão profundamente ancoradas na criminalização das classes baixas e empobrecidas. O crime, portanto, está capilarizado em toda a vida social, não apenas em um *mundo do crime*. Portanto, o encarceramento reflete quais bandidos são punidos e quais não são, produzindo e reproduzindo elementos de discriminação que constroem sujeitos em constante suspeição. Essa lógica tensiona a ideia de “criminoso nato” tão inflamada por teóricos eugenistas desde a gênese da criminologia ao médico Cesare Lombroso, que teve sua teoria importada pelo médico brasileiro Nina Rodrigues para justificar a “periculosidade negra atrelada com a sua animalidade”. Desde então, apesar de pontuais avanços, a periculosidade não sai dos discursos jurídicos, atualizando o que Nina Rodrigues traduziu para o controle da população negra e empobrecida no Brasil. Além disso, privilegio a perspectiva teórica que parte da ideia certauniana das “maneiras de fazer”, considerando o crime, como afirma Luiz Fábio Paiva (2019, p.

167), “uma maneira de fazer o cotidiano e a cidade por meio da ação coletiva de pessoas envolvidas de maneiras diferentes em coletivos reconhecidos, socialmente, como ‘facções’”. Essas facções são descritas por Paiva pelas transformações sociais do crime que exploram as tensões nas margens conceituais do estado e são espaços onde a lei e outras práticas estatais são colonizadas por necessidades urgentes de sobrevivência política e econômica (DAS; POOLE, 2008). O signo de representação desses grupos, ora como gangues e ora como facções, mantém o homem - e, especificamente o homem negro empobrecido - como protagonista dos grupos, em que as figuras de “cabra macho” e “bichão” são evocadas para afirmar uma masculinidade diante de outros homens, heterossexuais e viris.

É nessa trama que as mulheres que visitam seus maridos ou namorados encarcerados também estão, Gonzalez (1984, p. 78) afirma:

A primeira coisa que a gente percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha é malandro, e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler o jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados.

É dessa forma que podemos compreender também que são produzidos estereótipos sobre as mulheres que visitam os presídios, a relação da marginalização e criminalização das experiências das mulheres negras são resgatadas atreladas ao estatuto de criminalidade dos homens negros encarcerados. Quando Gonzalez (1984) interpreta o racismo e sexismo na cultura brasileira, as mulheres negras são as responsáveis por minar a ordem estabelecida, tanto na ordem econômica quanto familiar, aos olhos da culpabilidade branca. Ela afirma que as mulheres da periferia que sofrem com essa culpabilidade branca e sobrevivem na base da prestação de serviços, muitas vezes sozinhas, pois seus homens, entre eles irmãos, filhos ou maridos, são objetos de perseguição policial sistemática. Nesse sentido, indo ao encontro de Gonzalez, Vilma Reis (2005), em sua pesquisa sobre segurança pública em Salvador, argumenta que a criminalização das famílias de jovens-homens-negros tem raiz também na produção de discursos sobre as famílias negras, atribuindo o

equívoco histórico de mães negras como produtoras de futuras gerações de delinquentes.

A antropóloga Camila Fernandes (2020) discute sobre “A força da ausência”, explorando a dialética entre ausências e presenças na vida de mulheres moradoras de favelas no Rio de Janeiro, onde analisa como essas mulheres precisam estar em constante negociação com os homens pais de seus filhos e o Estado. A ausência também situa as discussões das Ciências Sociais que alteram a interpretação da precarização da vida das pessoas não pela falta de Estado ou políticas estatais, mas pela presença das forças policiais e de controle. Assim, Fernandes articula como os discursos sobre “falta” podem reproduzir e construir estereótipos sobre os moradores das favelas. Nos discursos sobre famílias e afetividade, foi identificado pela antropóloga, discursos – também identificados durante esta pesquisa – de “falta de estrutura familiar”, remontando a modelos normatizadores de família. Nessa ideia, as mulheres acompanhadas por Fernandes assumiram diferentes imagens, uma delas é a de guerreiras, que seria a mulher que se contentava com todas as reviravoltas que a vida e o abandono do marido e pai dos filhos pudessem dar e “tocava a vida, dando conta de tudo”.

As dinâmicas de ausência e presença narradas e refletidas por Fernandes (2020) colocam em perspectiva as afinidades entre os laços pessoais e a responsabilidade estatal nos quais o engajamento e a interdependência se fazem através de uma forma masculinizada incorporada pelo Estado e pelos homens. É necessária, diante desse par homens/Estado, a prática de negociação pelas mulheres, que negociam os deveres percebidos como masculinos e as possibilidades materiais de cuidar dos próprios filhos. Nesse processo, é desvelado um tipo de poder regulador através da distância e proximidade, mesclando sentimento de medo junto à possibilidade concreta de castigo. Juntamente com essas questões, Fernandes identificou que a falta também aparecia em discursos afetivos, como “falta de amor” e “falta de estrutura familiar”, em que a relação paterna sempre perpassa a relação conjugal com a mãe dos filhos. Não estar mais em um relacionamento afetivo-sexual com a mãe dos filhos significa, para homens que Fernandes acompanhou, não assumir os filhos diante do Estado, mesmo que todos saibam de quem é o filho.

Essas mulheres são vistas pela rede de vizinhança a partir de diferentes imagens de controle, de “vítimas”, “barraqueiras”, “guerreiras” e, principalmente, “nervosas”. Elas são narradas a partir de um ideal que deve “dar conta de tudo”,

justificando uma hiper presença e, por isso, se viram para garantir um mundo seguro aos seus filhos e filhas. Ainda assim, Fernandes resgata uma discussão longa sobre o estigma da violência projetado na favela que é aplicado a partir da agência feminina, uma vez que as mães são responsabilizadas pelo “fracasso”, pela pobreza e pela “produção de delinquentes”. São as mulheres negras faveladas que, segundo essas formulações equivocadas, produzem algum tipo de desregulação na vida social. Esse estigma está intimamente ligado ao discurso que associa causalmente a ausência de figuras paternas e criminalidade. Por isso, é preciso dismantelar as posições cristalizadas de homens ausentes e mulheres cuidadoras, complexificando o debate.

Nos relatos ouvidos por Fernandes (2020), as mulheres, assim como as interlocutoras dessa pesquisa, têm o fio da ausência como uma forma de contar suas histórias. Inclusive, uma categoria nativa é muito utilizada entre as mulheres que visitam os presídios no Ceará é de “guerreiras”<sup>17</sup>, aquelas que não abandonam e protagonizam o cuidado da família na ausência de seus homens que estão encarcerados e na gestão da vida desse homem também. As antropólogas Veena Das e Deborah Poole (2008) discutem sobre as margens conceituais do Estado, em que cotidianamente estão sendo formadas como lugares onde a ação estatal é contraditória e não se resume a um ideal racional e abstrato do Estado moderno. Entende-se como espaços e práticas de controle e negociação que conformam fronteiras do Estado para o corpo dos sujeitos, ao passo que são criadas estratégias para impelir o Estado. Portanto, o que Das e Poole (2008) compreendem sobre margens perpassa também a ideia de “vulnerabilidade” e “vitimização” não a partir de uma carência ou falta do Estado, mas espaços de práticas estatais na periferia, em que o monopólio legítimo da violência descrito por Weber (1982) é empregado. Dessa forma, as prisões estão também nas margens do Estado, ao passo que estão nos territórios que o estado conjuga os dispositivos judiciais-carcerários.

As travessias<sup>18</sup> traçadas pelas mulheres que visitam os presídios no Ceará são feitas nessas margens do Estado, onde elas precisam negociar e criar alternativas para suas demandas individuais, que são também coletivas. Durante uma manhã de visitas aos seus companheiros, Lara estava organizando os itens do malote que iria

---

<sup>17</sup> Esse termo também é usado em outros estados do país.

<sup>18</sup> Em 2019, aconteceu um ato intitulado de “Travessia - Mães em luta pela vida e pela liberdade na periferia”, organizado por coletivos de mães da periferia, dentre eles o Coletivo Vozes de Mães e Familiares do Sistema Socioeducativo e Prisional, que teve como ponto de encontro o centro de Fortaleza, em frente ao prédio da Justiça Federal, na praça General Murilo Borges.

levar e sorriamos conversando sobre as histórias de Priscila, então eu perguntei se ela estava ansiosa para a visita, ela respondeu rindo e ironizando que “a coragem era muita”, mas eu iria ver quando ela saísse da visita como ela estaria, comentando que a ida é mais tranquila, mas a volta é permeada pela tristeza. Aqui no Ceará, costuma-se afirmar de forma irônica quando queremos evidenciar mais ainda o contrário, então a coragem era pouca, revelando também o cansaço de Lara com o cotidiano prisional.

Wacquant (2001) sinaliza sobre os estigmas produzidos às mães solteiras nos Estados Unidos, quando conceitua a *underclass* que tem como uma das figuras paradigmáticas as mães solteiras que são umas das contempladas com a assistência social do Estado. Localizando o feminismo negro brasileiro como produtor das contra narrativas que sentenciam gerações ao punitivismo, Pinto (1994) argumenta como nas narrativas da casa-grande as famílias negras eram sempre relatadas como desestruturadas, bem como as mulheres negras dessas famílias. As responsabilidades, portanto, recaem sobre as mulheres que, a partir de imagens de controle estigmatizantes e criminalizantes, são responsáveis pelo bem ou mal que aconteça muitas vezes “deslocadas” dos contextos e inseridas em uma ideia de meritocracia. Assim, as feministas negras reescrevem essas histórias.

Nesse contexto, é preciso mobilizar algumas formulações que abrem diversas novas questões na teoria social e na extensa literatura sobre o Estado. A escolha aqui é de pensar o Brasil e especificamente o Ceará, mantendo plena consideração das transformações sociais do crime que marcam um capítulo importante na história e nas vidas da América Latina, ou como formula Lélia Gonzalez, da América Latina, categoria política-cultural cunhada a partir do reconhecimento das epistemologias africanas e indígenas no sul da América (GONZALEZ, 2020). É importante ressaltar que os processos de formação dos estados nacionais nesses territórios envolveram diferentes violências e exploração, desde a colonização, a escravidão até os golpes militares que implementaram estados de exceção em praticamente todos os países do continente.

Os estudos sobre gênero embasam a trajetória dessa pesquisa, a partir do pensamento de Scott (1995), que compreende o gênero como uma rejeição ao determinismo biológico do sexo e lança mão ao aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. Essa noção relacional nos conduz a uma análise das relações sociais humanas que dependem diretamente de uma discussão de gênero como categoria analítica, sendo, pois, uma forma de compreender os sentidos e as

relações complexas de interações humanas a partir das construções culturais de papéis adequados aos homens e às mulheres, que permitem pensar as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres, considerando também o gênero ser um campo no qual o poder é articulado. Por isso, é necessário conceber a realidade social em termos de gênero e entender de que forma as mulheres que participam dessa pesquisa vivenciam as experiências de gênero e as significam. A socióloga Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2004) afirma que o gênero não pode ser extraído do contexto social e outros sistemas de hierarquia, uma vez que ele é antes de tudo uma construção sociocultural, acentuando as especificidades da experiência de gênero entre pessoas de diferentes etnias.

As elaborações teórico-metodológicas e as pesquisas de Piscitelli (1997; 2002; 2013), Piscitelli, Assis e Olivar (2011), Kofes (2007), Kofes e Piscitelli (2011), Padovani (2018) e Vianna e Lowenkron (2017), servem de referência para este trabalho, pois, como afirmam Vianna e Lowenkron (2017, p. 44), pesquisas sobre gênero, conjugalidades e narrativas “se cravam nas histórias mais íntima das relações e em seus cenários mais domésticos, do mesmo modo que o mundo da intimidade tece a viabilidade concreta das ações e imaginações estatais no cotidiano”. Suas formulações sobre afetos, gênero, sexualidades, casamentos, famílias, maternidades, narrativas, luto, violências, encarceramento e crimes são de extrema importância para a revisão bibliográfica realizada durante o percurso da pesquisa e a realização da mesma.

Padovani (2018) discorre sobre as visitas familiares às penitenciárias e o significado que as mães, avós, esposas, irmãs e amigas carregam no corpo em forma de vínculo de comprometimento com aqueles que esperam no pátio, para os quais se levam as comidas, cartas e afetos. As mulheres dessa pesquisa representam também esse vínculo, esses corpos que se deslocam quilômetros em direção às filas extensas de espera para visita. Bem como transitam pela cidade e exercem seu cotidiano com esse vínculo em si, muitas vezes em forma de segredo, em que apenas algumas pessoas de confiança sabem. Gonçalves (2017) discute como as “irmãs”, nome dado às integrantes batizadas do Primeiro Comando da Capital (PCC), e “cunhadas”, nomes dados àquelas que estabelecem envolvimento afetivos com integrantes do Comando estão inseridas na dinâmica do PCC e são “consideradas”, nomeadas.

O contexto, pois, em que essa pesquisa busca se inserir é como discorre Bourdieu (2009), um cenário de lutas pela dominação no mundo prático. Nesse mundo

prático socialmente construído, as narrativas surgem como interpretações dos fenômenos sociais, a partir de histórias pessoais que são elaboradas e significadas, assim como são reelaboradas e ressignificadas a partir da experiência subjetiva. As histórias de vida são instrumentos fundamentais para a compreensão e análise das relações sociais, como afirma Kofes (2007). Segundo Das (1999), a violência pode ser corporificada em histórias ou imagens no imaginário social, adentrando uma compreensão do que é silenciado ou não nas narrativas, uma vez que o “conhecimento venenoso” é aquele que faz lembrar a dor e é transferido a partir do ato de testemunhar, constituindo um conhecer pelo sofrimento.

Assim, as histórias de vidas dessas mulheres são perpassadas diversas vezes pela violência e, como afirma Das (1999), “a violência parece definir os contornos dentro dos quais ocorre a experiência de vida”. Marinho (2004; 2014) já atentava para as “viúvas da violência”, jovens mulheres que tiveram seus namorados ou maridos assassinados no contexto da violência urbana das “gangues” de Fortaleza e que suas aparições não eram pautadas em pesquisas. Essas viúvas se assemelham às mulheres com as quais pretendo construir esse trabalho, já que algumas trajetórias de vida e emoções são mobilizadas em comum, como a honra, a saudade, o amor e o medo. Além disso, os mecanismos de controle estipulados pela experiência social se aproximam, por exemplo, à territorialização dos bairros de Fortaleza, e o domínio destes por diferentes facções influencia diretamente em como esse envolvimento afetivo se dará, uma vez que, caso a mulher seja de um bairro comandado por um grupo rival ao bairro do homem, atravessar as fronteiras dos territórios se apresenta como um problema.

A pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), divulgada no relatório “Meninas no Ceará” (NEGREIROS; LINHARES; SOUSA, 2021), constata que as relações afetivas e amorosas compõem um indicador quanto às causas de mortes das meninas no Ceará. Apesar de que, muitas vezes, essas causas são apontadas como brigas de facções e não feminicídios. É nesse panorama em que as relações afetivas e sexuais são desenroladas nas dinâmicas do Estado, assim como relata Iara em sua trajetória antes de se tornar uma visitante, mas também como essas rotas são alteradas pelo encarceramento e distanciamento da capital. As prisões também são localizadas em territórios em disputa, principalmente pela organização que existe, a depender da unidade prisional, para que os grupos rivais não tenham que se misturar. Essa

organização pode ser observada na pesquisa a partir dos transportes públicos e das filas de entrada nas penitenciárias.

Heilborn (2004) e Peixoto e Heilborn (2016) consideram que a conjugalidade e os arranjos conjugais não emergem de um fato jurídico em si, mas sim de um arranjo social que ordena e confere sentido à experiência de vida dos indivíduos, expressando uma relação social que condensa um estilo de vida, fundado numa moralidade do arranjo cotidiano. As relações estabelecidas entre mulheres e homens praticantes de crimes são significadas a partir de cada pessoa, mas Bassani (2011) discute sobre “o interesse pelos homens do crime” algumas vezes ser um aspecto importante para evidenciar uma posição de poder que esses homens podem vir a representar. Durante as visitas que acompanhei ao sistema prisional, as mulheres expressam o receio de estar ali pelas práticas humilhantes as quais passam com os agentes de segurança, ao mesmo tempo em que se preparam para encontrar seus maridos. A visita, portanto, também é feita com esse clima de tensão e ambivalência encarnados nos mesmos segundos. A porta do presídio é a que leva para situações de revista e intimidação e também a que leva para um reencontro com os companheiros. Uma mistura de medo e expectativas.

As considerações de Aquino (2017) sobre arranjos afetivos e familiares envolvendo praticantes de assaltos contra instituições financeiras demonstram, a partir das falas dos sujeitos da pesquisa – namoradas, esposas e homens praticantes de assaltos –, as expectativas que se têm ao desenvolver relacionamentos como esses. Uma delas é que as mulheres devem estar sempre preparadas para as incertezas concernentes às rotinas de seus maridos e namorados, esperando-se equilíbrio emocional delas para lidar com situações boas e ruins. Os estudos de Barcinksi et al. (2014) e Bassani (2011) sobre familiares de parentes em privação de liberdade e a rede de apoio existente indicam a contradição dos motivos e sentimentos que permeiam as relações afetivas entre as mulheres dos homens que cometem crimes, uma vez que elas são reconhecidas como vítimas passivas sofrendo por seus companheiros estarem presos, mas são respeitadas e temidas pela comunidade pela relação com um homem encarcerado e considerado, talvez, perigoso. O trabalho de Ferraz de Lima (2013) é importante para refletir sobre como a moralidade é acionada e agenciada pelas mulheres, sobre as quais ela pesquisou a partir da classificação “*mulher fiel*” e seus afetos e pontos de vista sobre os companheiros presos, sobre a família e os complexos penitenciários aos quais realizavam visitas.

A fim de compreender como as relações afetivas, amorosas e sexuais são significadas e vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa, as pesquisas de Heilborn (2004), Bozon (2001; 2003), Brehm (1991), Giddens (1993) e Bauman (2004) serviram de aporte teórico para refletir sobre as formas como esses casais se relacionam, explorando noções de confiança, relacionamento, sexo, sexualidade, amor e comunicação, assim como outras noções apresentadas em campo a partir do *saber local* (GEERTZ, 2013). Heilborn (2004) investiga as regras definidas nos relacionamentos e como se produzem os vínculos de confiança. Para Brehm (1991), existe uma necessidade de entendimento das relações íntimas como uma troca, ou seja, como uma forma de interação social pautada na troca de interesses. Bozon (2001; 2003) discute sobre sexualidade e conjugalidade, considerando que as relações constituem mapas mentais que delimitam o exercício da sexualidade e lhe dão um sentido dentro da construção de si, situando-as no contexto histórico da “revolução sexual” e explicitando como os efeitos desta se configuram hoje. Além disso, também argumenta sobre a centralidade do sentimento amoroso nas relações contemporâneas. Giddens (1993) tem contribuições quanto à confiança e à mudança das relações na modernidade, a partir do sujeito reflexivo que se relaciona com outro. Já Bauman (2004) argumenta sobre as incertezas da modernidade e como as relações afetivas se configuram nesse contexto, nos convocando a verificar se esses argumentos traduzem o campo em questão.

A violência aqui é pensada como um fenômeno “difuso” (BARREIRA, 2013), considerando a capacidade de amplitude e irradiação por distintos espaços da vida social, bem como suas significações atribuídas. Os estudos de Misse (2008), Feltran (2010), Biondi (2010), Padovani (2018) e Sales (2018) são utilizados para pensar as dinâmicas criminais e a sociabilidade das pessoas envolvidas com o mundo do crime<sup>19</sup> a partir da complexidade e multiplicidade de trocas simbólicas. O estigma e a sujeição criminal, nessa pesquisa, surgem também como propulsores da investigação. Goffman (1988) afirma que o estigma é um atributo depreciativo que constrói uma linguagem de relações que, por exemplo, faz com que mulheres que se relacionam com homens envolvidos com o crime tenham menos dignidade que outras mulheres. E a sujeição criminal, segundo Misse (2010), compreende a incorporação, a “personificação” do crime e a construção subjetiva de um inimigo, como comumente

---

<sup>19</sup> Ver AQUINO e HIRATA, 2018.

são criadas as identidades dos companheiros dessas mulheres, os “bandidos”. Destarte, a noção de “envolvimento” amoroso com pessoas identificadas como bandidos configura estigmas de sujeição criminal e, eventualmente, potencializam os perigos e risco de vitimização para essas mulheres.

Para discutir as dinâmicas da violência e as transformações sociais do crime, Paiva (2019) é importante para a compreensão de uma socialização pela violência que vem se modificando em Fortaleza a partir das diferentes relações sociais estabelecidas e vivenciadas pelas pessoas, como meio de fazer a vida nas periferias. Para Wacquant (2001), os territórios estigmatizados têm uma forte influência nas comunidades que detêm o estigma, bem como os seus indivíduos, assumindo uma dimensão expressiva na vida cotidiana quando o sentimento de, por exemplo, indignidade pessoal é fomentada. Nesse sentido, Paiva (2014) discute sobre o Bom Jardim e a “má fama” do bairro e seus moradores, contribuindo para pensar os territórios em que essa pesquisa irá se inserir. Faz-se urgente, a partir dessas considerações, compreender como a experiência social é compreendida pelas mulheres que também estão inseridas nas dinâmicas do crime. O território, o gênero, a classe e a raça são marcadores sociais que se coadunam com a construção de um discurso de verdade e estigmatização dos corpos dessas mulheres, considerando a forma como as trajetórias de vida serão configuradas a partir deles.

Esses “marcadores” são aprofundados e relacionados a partir do pensamento de Collins e Bilge (2021), Davis (2016), Gonzalez (2020), Crenshaw (1991; 2000) e Akotirene (2019), que considera a interseccionalidade como reveladora do que os marcadores sociais nos dizem das desigualdades sociais impostas pela matriz de opressão, a partir da experiência vivida dos sujeitos, uma vez que localizar as experiências de discriminação durante a vida dessas mulheres é adentrar mais profundamente a construção de si na vida cotidiana. Neste sentido, surgem algumas especificidades quanto às narrativas de mulheres companheiras de homens envolvidos encarcerados a partir de quem fala, já que os marcadores sociais garantem experiências diferentes atravessadas pelas relações de poder. Das mulheres que participam dessa pesquisa, muitas são as semelhanças entre suas vivências, mas as diferenças entre elas e como elas compreendem suas experiências também são latentes.

### 3 AS CONJUGALIDADES E A PRISÃO

*“É uma borboleta no estômago com enjoo.”*

Priscila, mulher de preso

A paixão tem como uma referência poética as sensações de borboletas no estômago, quando a ansiedade toma conta e as expectativas crescem em um misto de medo e euforia. Atravessar as fronteiras da prisão para encontrar o marido foi definido por Priscila como uma borboleta no estômago com enjoo. Algo que se anuncia de forma muito anterior ao encontro, ao evento. A experiência de seguir os caminhos que costuram conjugalidades e prisão colocaram em destaque as brechas por onde deslizam os elos afetivos dentro do regime de regulação da vida na prisão e seu entorno. Essa regulação que contorna limites éticos do dispositivo prisão, é assimilada pelas mulheres a partir de uma negociação por onde passam as borboletas e os enjoos. Sendo também por onde entram os malotes e o cuidado. Ao mesmo tempo que conjuga significados ao cárcere e cria estratégias para agenciar o que ultrapassa os códigos morais, sendo também parte dele.

Se as relações de afeto mantidas entre os muros da prisão são capitalizadas pelas agências estatais e tornam-se centrais para o funcionamento e a expansão da instituição, essas mesmas relações podem também ser abordadas a partir de um outro aspecto de sua dimensão produtiva, de resistência, que ilumina as porosidades e as articulações políticas dos afetos (LAGO, 2019, p. 24).

Desde os espaços mais críticos ao encarceramento até os mais normativos e punitivistas, a família ocupa um espaço de constante disputa de narrativas, seja pelos discursos que a criminalizam ou pelos que a compreendem como agentes principais para a manutenção da sobrevivência no cárcere. A maioria das pessoas que visitam as penitenciárias do Ceará são mulheres que têm netos, filhos, irmãos e maridos no sistema, cada uma se desdobra para caminhar e, como se diz pelas próprias mulheres, puxar a cadeia com quem amam. As namoradas, esposas e companheiras guardam uma relação específica que envolve acordos de lealdade pelo caráter romântico das relações conjugais cujo um dos atravessamentos é o cárcere. Essas mulheres, portanto, assumem diferentes responsabilidades que as diferem de relações estabelecidas fora das prisões, ao passo que mantém uma série de acordos

gestados em um momento do relacionamento anterior à prisão. As histórias dos relacionamentos afetivos-conjugais das interlocutoras dessa pesquisa têm inícios diferentes, cada uma a seu jeito, mas todos se encontram em condições estruturais que também são determinantes para o encarceramento em massa, como a precarização das condições de vida. Maria relata algo nesse sentido ao contar como conheceu o seu ex-marido:

*Ele era amigo do meu irmão, sempre morou na minha rua e a gente se conheceu. A gente nesse período morava numa área periférica por conta das nossas condições e ele fazia algumas coisas que não tavam assim tão dentro da lei, das normas e tal, e a gente vivia muito nessa rotina de tipo lidar com polícia, lidar com essas coisas porque essa sempre foi a rotina dele sempre. Ele cresceu no meio, cresceu dentro de uma comunidade, cresceu ali vendo que talvez o caminho não tivesse outro, né, porque as vezes algumas pessoas não têm oportunidade de ser diferente do que tá ali no meio, né. Eu digo muito que as pessoas são um produto do meio ali, é difícil você ver alguém se destacar e conseguir alguém ser diferente, principalmente tipo ele que não teve pai e mãe ou alguém que dissesse pra ele a ser uma coisa melhor, entendeu? Que tivesse estudo ou que dissesse pra ele que precisava estudar e nada. Nem nada disso, ele sempre teve os pais deles pra quererem dinheiro, então ele tinha que ganhar o dinheiro dele de alguma forma, então ele cresceu nesse meio, não teve jeito, infelizmente.*

Nessa fala, Maria traz à tona o território como importante ponto de partida para a sua compreensão da relação entre pobreza, crime e encarceramento, apontando as condições materiais da vida dela e do seu companheiro. Paiva (2014) discorre sobre a estigmatização de territórios em fortaleza que são afetados negativamente com as desigualdades da cidade, argumentando que esses territórios não podem ser vistos como unidades, mas como territórios multifacetados os quais mesmo os moradores apresentam discursos como o de Maria, que evocam todos os estereótipos produzidos por um território periférico e, como que em um jogo, associa

as péssimas condições de vida ao escalonamento de seu companheiro nas práticas criminais. A forma com que ela entende também considera a falta de oportunidades na vida do companheiro, chamando a atenção para o papel da educação como possibilidade de mudança ou alternativa ao que é representado como “sem jeito” e um caminho pouco surpreendente, ou seja, o envolvimento com o crime. Neste sentido, Maria também chama a atenção para a “*relação com polícia*”, revelando uma tensão cotidiana que é permeada pelo medo e possibilidade de ser abordado.

*Fê, assim, a gente sempre viveu nessa tensão de polícia. Já aconteceu muita coisa, muitas situações de ameaça policial e quando ele foi preso, ele nem foi preso porque tava vendendo nem nada, ele foi preso por estar com um cara que era suspeito de venda e estava com 0,33g de crack, então assim nem representa... no código penal nem diz que é tráfico, mas como vai do entender do policial, então se o policial chegou e diz que é, então é.*

E, assim, são as mulheres que assumem o papel de gestão dessa vida<sup>20</sup>, de pessoas mantenedoras das condições básicas de sobrevivência de seus companheiros encarcerados. Esses agenciamentos são identificados também a partir da continuidade das relações afetivas que é valorizado com um peso ainda maior quando os homens são encarcerados. São, pois, as convenções de gênero que formulam parte desses agenciamentos, principalmente quanto às atividades de cuidado. Maria compartilhou comigo durante uma conversa que a sua relação com o marido já não estava bem, mas quando estavam em processo de separação ele caiu<sup>21</sup> e ela teve de retomar a relação:

*Foi uma dor, Fernanda, porque assim a gente tava já se separando, e eu sabia que se não fosse eu não era ninguém. E o que foi? A mãe dele nunca foi visitar ele, nunca foi atrás de tirar documentação para visitar, e naquele momento eu me vi*

<sup>20</sup> Fazendo referência ao que Foucault (2014) formula sobre biopolítica como uma anátomo-política do corpo.

<sup>21</sup> Expressão normalmente utilizada para dizer que a pessoa foi presa, “caiu para o presídio”.

*sem chão, sem nada. A gente tinha juntado um dinheiro nesse período e eu gastei todo o dinheiro para poder fazer malote, para pagar passagem, para poder mandar as coisas dele, porque a gente sabe que se a família não mandar o malote eles não tem nada. Apesar de que lá dentro eles se ajudam, a gente sabe que eles precisam dessa ajuda externa, mas foi muito difícil, muito difícil mesmo.*

A antropóloga Natália Lago (2019), em sua pesquisa sobre o cotidiano de mulheres que visitam penitenciárias do Estado de São Paulo, relata sobre a responsabilidade que é direcionada para as mulheres a partir de convocações de gênero, precisamente do gênero feminino como cuidador e zeloso. Maria, por exemplo, assume que mesmo em um momento delicado da relação, em que ela estava tentando se afastar do ex-marido, a pressão para que ela desse continuidade ao vínculo para visitá-lo na prisão foi decisivo para os próximos anos que viveria. Assim como ela descreve esse lugar de “mulher fiel” como óbvio, a partir das moralidades construídas sobre os papéis de gênero diante de situações críticas.

Acionar a moralidade de *mulher fiel*, em diálogo com a antropóloga Jacqueline Ferraz de Lima<sup>22</sup>, expande a ideia de fidelidade para além de uma relação romântica que informa traição ou brigas de ciúmes, mas enuncia a forma como as cunhadas entendem a *disciplina* na *caminhada*. Assumir a responsabilidade de estar na caminhada com o marido é dito por Maria como um papel que assume por ser a esposa, quase ex-esposa, dele, por isso sustenta e segue.

Na fala de Maria, é enunciado também o sacrifício (FERRAZ DE LIMA, 2013) de ter juntado dinheiro e ter que gastar para *fazer malote*. Não só a presença de Maria estava à disposição para visitar, mas de custear e fazer malote como uma forma de sobrevivência e manutenção do vínculo com o marido, com a família que ela representava ali. Os trânsitos vivenciados por Maria entre o ser esposa e ser visita na prisão, acentuado por ela como difícil, recupera a discussão feita sobre as guardadeiras, por onde passa também durante o dia da visita em Itaitinga, exposta

---

<sup>22</sup> Ferraz de Lima (2013) mobilizou categorias elaboradas pelas cunhadas para compreender o solo ético do que é ser uma mulher fiel. Mobiliza os significados de disciplina e caminhada para elaborar como as relações das mulheres com seus maridos e entre si são constituídas.

aos riscos da BR-116. Nascimento e Marques (2019), quando discutem a rotina da penitenciária de Sobral, afirmam:

Os dias de visita nas penitenciárias cearenses seguem o mesmo ritual. Ainda na véspera, mulheres começam a acampar em frente às penitenciárias no intuito de garantir seus lugares na fila. Sem espaço adequado para guarida, na Penitenciária Industrial Regional de Sobral, as visitantes armam suas redes nas árvores que ficam em frente à unidade prisional e se revezam por toda a madrugada em vigília para se protegerem de possíveis ameaças, como ataques de animais silvestres, furtos dos pertences pessoais e de seus “malotes” (NASCIMENTO; MARQUES, 2019, p. 252).

O malote, portanto, surge como algo a ser protegido, como parte importante da visita. É uma forma de estar presente, mesmo que a visita seja barrada, como aconteceu várias vezes enquanto acompanhei as mulheres durante as manhãs. Essa importância do malote foi relatada por Maria durante uma conversa, quando contou que durante a gravidez não queria passar pelo *body scanner*, mas não deixava de levar o malote, pois considerava importante e o marido pedia para que não deixasse de levar. Nesse sentido, *fazer malote* é uma das formas de *fazer família*.

“Já que vamos conversar, você tem que ver o álbum de família. Começando do início.”. Foi isso que Lara me disse antes mesmo que eu pudesse perguntar qualquer coisa sobre ela e o marido quando nos encontramos em sua casa às sete da noite. Estava eu, ela e a nossa amiga Kaciane, a qual nos apresentou uma na semana anterior. Em seguida, ela disse: “você vai ver outra Lara nesse álbum”, eu disse que durante a maternidade as mulheres costumam mudar muito, ela riu e disse com orgulho que não tinha nada a ver, pois na verdade é um cabelo orgânico<sup>23</sup> que ela usa que representa essa mudança, mas também “a vida e o emprego”. Então a primeira história que ela tinha para me contar era essa, pois começamos a ver o álbum, várias fotos da Lara com diferentes cabelos, lisos, em transição, com cores diferentes e ela narrando sobre sua relação com a família em cada contexto. As fotos começaram em 2016 e iam até 2018, dentre elas várias fotos dentro do presídio. Fotos de família: ela, o marido e o filho. Ao narrar sobre sua história de vida, Lara recorria ao cenário do presídio para compor a sua narrativa, apontando para a comarca<sup>24</sup> e relembando exatamente o que sentiu quando a foto foi tirada, os cheiros e sentimentos no momento. Ela lembra com muitos detalhes que o sorriso do seu marido

<sup>23</sup> Cabelos orgânicos são cabelos fabricados, normalmente utilizados pela população negra no Brasil.

<sup>24</sup> Comarca é o termo utilizado para se referir à cama de pedra em que cada pessoa presa faz uso.

estava disfarçado, pois os agentes penitenciários não poderiam perceber que eles estavam tirando fotos, mas ela não deixaria de registrar os momentos do marido com o filho.

A preocupação estética de lara reverberou em muitas conversas que tivemos, muitas trocas sobre cuidados com os cabelos e como ser uma mulher negra ou “morena” de cabelos crespos desdobra as situações cotidianas em vivências específicas marcadas pela discriminação e dor. Ao passo que, brincar com as possibilidades de cabelos surge como um motivo de orgulho para lara. Após aplicar o cabelo orgânico, lara conta que muita coisa mudou, e essa mudança aconteceu durante o período em que as visitas estavam suspensas, então ela falava com curiosidade: “Eu mudei, mas o meu marido ainda não viu! O que será que ele vai dizer?”. Esse comparativo de antes e depois tem alguns elementos temporais que guiam: a gravidez, a mudança da gestão prisional em 2019 e a pandemia. A gravidez de lara ocorreu enquanto o seu marido estava preso, ela relembra com carinho e saudosismo as pernoites no presídio, quando era possível passar a noite com o marido e descreve onde ficavam: na cela, na comarca com cortinas de lençóis e os conhecidos da cela produzindo cachaça para beberem durante a madrugada. A cachaça, conhecida como Maria-Louca, compõe a experiência de lara como um dos fluidos que circulam na prisão como um ode à insubordinação do que faz gozar e o que goza na prisão. Na parede, o nome do filho pintado na cabeceira da pedra<sup>25</sup> do pai. As narrativas sobre família e cárcere se misturam de forma indissociável, não é apenas um cenário em que as relações acontecem, mas um espaço significado com diferentes sentimentos. Nesse ponto, lara descobre a gravidez dentro da prisão, quando percebe que está saindo leite do seio, e considera absurdo ter passado pelo body scanner e não terem avisado que ela estava grávida, uma vez que conhece os riscos da radiação para o bebê. lara tinha 23 anos durante a gravidez e o seu marido tinha 26, ambos jovens.

---

<sup>25</sup> Pedra é como a cama, ou comarca, também é denominada.

Figura 7 – Capa do álbum de família de lara



**Fonte:** acervo pessoal, 2021.

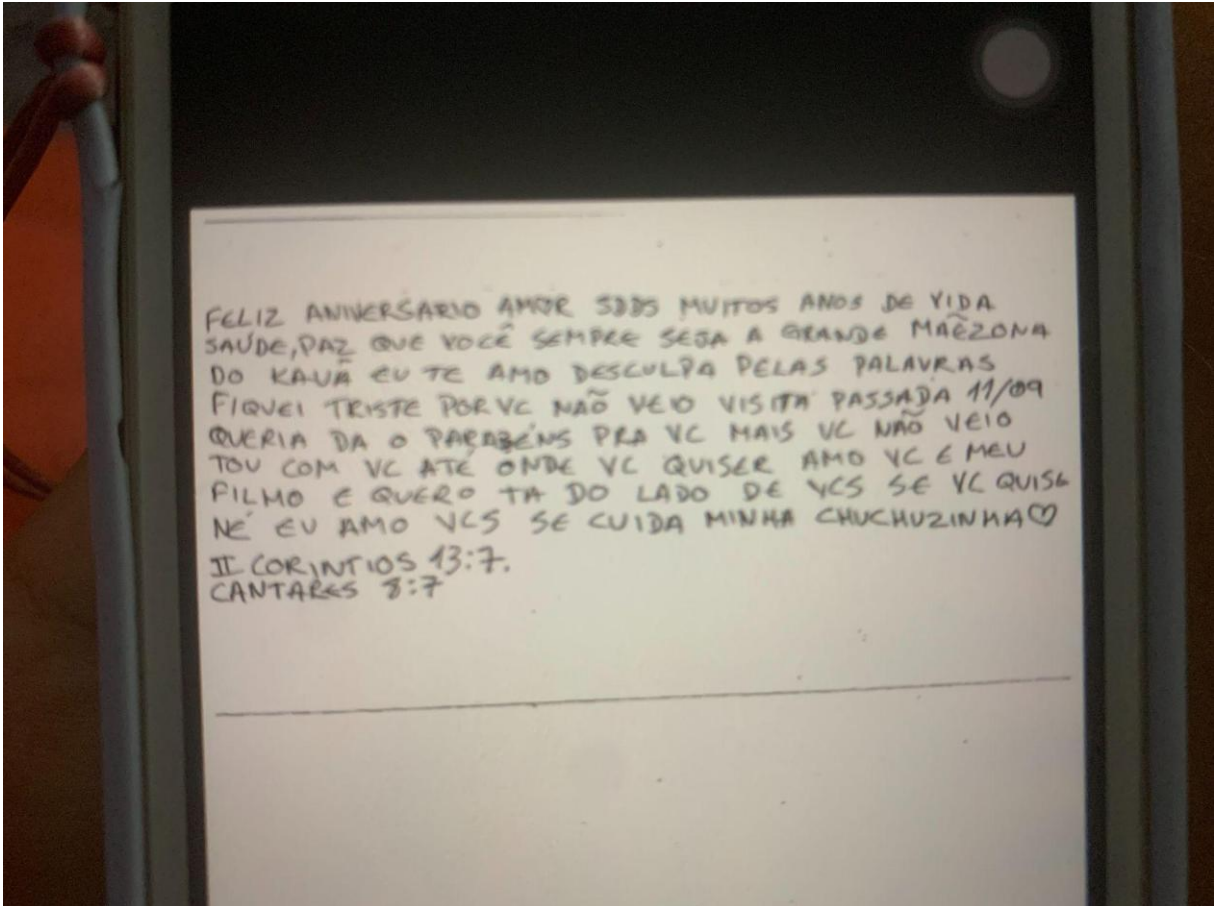
Na foto da capa, um bebê que não é o seu filho. A cada foto, os meses de vida e o desenvolvimento do seu filho era registrado, os momentos com o pai e fotos em família dos três durante as visitas. lara conseguia lembrar exatamente de cada dia, de todos os detalhes e de como foi importante ter essas fotos, pois se preocupava com a memória do filho durante a infância junto ao pai. As fotografias guardam também a memória de uma prisão, colocando a instituição dentro do álbum de família, sendo contada a partir dos laços afetivos que a atravessam e a produzem. Remonto à autora californiana Megan Comfort (2003; 2007; 2008) que argumenta sobre os desdobramentos causados pelos homens na vida das mulheres que os visitam, analisando que as penitenciárias passam a ser casas de família, ou, especificamente, “a casa do papai”. Desdobramentos esses, que, como dito por Maria, alteram o que se é e o que se faz, pois é preciso fazer malote, alterar horários e mudar a vida.

Assim como a Maria, lara conheceu seu atual marido aos 15 anos no bairro em que moravam, eles tinham amigos em comum e cresceram juntos, bem como suas

famílias. Ela conta que aos 15 estavam morando juntos e já tinham planos para uma vida em família. E, quando ele foi preso, nas palavras de Lara: “tudo mudou! Foi chocante entrar na prisão e ter a vida modificada por isso.”. Ela conta que nunca imaginou passar pelas situações que passou, mas que não poderia deixá-lo sozinho. Também afirma que não consegue esquecer do dia anterior à prisão, quando estavam dentro do carro e ela pediu para ligar o ar-condicionado, pois estava muito quente, e ele respondeu: “Deixa assim, eu tenho que começar a me acostumar”, já prevendo, para ela, que poderia ser preso.

Durante a pandemia, inclusive como citado no início do texto, a primeira medida de segurança decretada pelo governo do Ceará foi a suspensão das visitas sociais. Era um momento de incerteza quanto à propagação do vírus e quais consequências estariam por vir. O encerramento das visitas representou durante 11 meses o impedimento do trânsito de afetos e materiais pela visita social das famílias, ao passo que houve uma tentativa de minimizar essa restrição pela criação do projeto “Mensagem de Amor”, implementado pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) do Ceará. Para manter a comunicação, o “Mensagem de amor” funcionou a partir de trocas de e-mails.

Figura 8 – E-mail recebido por Priscila no “Mensagem de amor”



Fonte: acervo pessoal, 2021.

No e-mail, que foi lido pelos agentes penitenciários antes de ser enviada ao e-mail de Priscila, o marido deseja feliz aniversário e lamenta a ausência dela na visita que foi justamente no dia do aniversário. Perguntei como ela tinha se sentido ao ler o e-mail e ela comenta sobre o tom de cobrança e a repetição do “se vc quiser”, “tô com vc até onde vc quiser”, expressando que não ir à visita coloca em suspensão as certezas da permanência da relação.

Priscila conheceu seu marido por telefone através de uma amiga em comum do bairro em que mora. Trocaram mensagens pelo Facebook e conversavam por ligação quando ambos tinham 18 anos. Eles tinham uma relação de paquera e se viram cinco vezes antes dele ser preso, ela conta:

*Eu saí assim, umas cinco vezes antes dele ser preso. E aí descobri que ele conversava com várias outras meninas, ficava com uma menina e eu ficava só com ele por uns dois meses até ele ser preso. Quando ele foi preso, eu não fui mais atrás dele,*

*sabe? A mãe dele sempre dizia que ele precisava falar comigo e ele tava sempre me ligando, na hora do almoço, de manhã, de madrugada. Eu tinha medo. Tinha medo dele e de ser presa. Quando ele foi preso eu tava trabalhando, tinha voltado do almoço e uma amiga veio dizer que a mãe dele tava doida no meio da rua e tempo depois eu vi a reportagem. Ele me escreveu uma carta dizendo que ia sair, que queria namorar comigo e passou um número pra eu falar com ele. Eu liguei e ele perguntou porque eu tava ligando de um número confidencial, eu disse que era melhor assim para ele não retornar. Aí ele escreveu outra carta e eu liguei com o número aparecendo. Sendo que eu não tive vida com ele aqui fora, não tive relação, eu fui ter lá dentro. Não tive uma vida aqui fora como tenho com ele lá dentro.*

A decisão por manter uma relação após a prisão do ficante, para Priscila, inaugura um momento da relação não vivenciado anteriormente. Essa possibilidade é relacionada por ela com o medo de ser presa, de sofrer consequências por levar a frente uma relação nas condições de encarceramento. Nesse sentido, Maria, ao ser questionada se tinha medo de alguma coisa pelo envolvimento com o marido, afirma:

*Não, a gente é vagabunda, né? A gente é vagabunda, a gente é bandida, a gente é todo mundo igual. Você pode ser uma senhorinha de oitenta anos e visitar um neto porque não teve escolha, porque tem que ir, como você pode ser a mulher do traficante, você é a mesma coisa. Tem o mesmo sentido para eles. Todo mundo é bandida, todo mundo é tratada da mesma forma, maltratada na verdade, né. Que eles maltratam e humilham até onde eles podem.*

Priscila, diferente de Lara e Maria, não namorava ou morava com o seu atual companheiro. A conquista e o envolvimento se deu de forma mais intensa após o encarceramento e a possibilidade de manter contato por cartas, telefone e pelas visitas sociais. Esses elementos de comunicação e permanência apontados por

Priscila lança luz a maneiras de estabelecer vínculos encontradas e recriadas a todo momento por ela e o companheiro. Ao contar sobre o curto espaço de tempo em que se conheceram antes dele ser preso, Priscila lembra de outras conhecidas que também iniciaram envolvimento por cartas e telefonemas quando seus companheiros já estavam presos. O medo aparece como um sentimento constante no relato dela, ora pelo desconhecimento inicial, ora pela responsabilidade de enfrentar a prisão e aceitar que a sua relação seria vivida nesse contexto. A afirmação de que não teve uma vida a dois “aqui fora” não exclui a possibilidade de viver uma relação a partir das mudanças empreendidas pelo encarceramento. Peço para ela me contar sobre como foi a primeira visita e ela afirma: “Eu fui visitar no meu tempo. Fiz tudo escondida dos meus pais, já era de maior mesmo. A gente conversava desde agosto com ele preso e eu gostei e queria ver, encontrar com ele. Era tudo mais fácil antes para fazer carteirinha”.

A omissão<sup>26</sup> do relacionamento para conhecidos, familiares e amigos é uma experiência compartilhada por todas as interlocutoras, se configurando muitas vezes como uma condição para continuar o envolvimento e a rotina de visitante. A confiança, no espaço da prisão, inaugura e encerra possibilidades de estar nesse espaço. Ela me conta quando fez a sua primeira visita:

*Ele não era de contar a vida dele, ganhar a confiança dele foi cruel. Eu tinha medo dele. A minha primeira visita foi bem tensa, foi no dia 25 de outubro de 2015. Eu cheguei e tinha que chamar o nome dele pela grade. Eu morrendo de vergonha, eu era toda abestada véia. Ele veio no portão falar comigo e disse: “a mãe não entrou não?”. Sendo que todos os boys davam beijo na mina pela grade, né?! E ele não deu. Eu fiquei assim. Eu entrei na cela, a gente conversou e transou. Aí pronto, né?! Fiquei até hoje.*

---

<sup>26</sup> Simmel (1999) discorre sobre o silêncio na modernidade, conceituando-o como a possibilidade de viver mundos distintos, sendo ambos influenciados por si: “O segredo assim oferece, digamos, a possibilidade de um segundo mundo junto com o mundo manifesto, sendo este decisivamente influenciado por aquele. A existência de um segredo entre dois indivíduos ou dois grupos e a sua medida, são questões que caracterizam as relações entre eles. Pois enquanto uma das partes não se dá conta da existência de um segredo, o comportamento daquele que o oculta e assim toda a relação, são permeadas por tal fato” (SIMMEL, 1999, p. 221).

A frequência do contato também aparece como importante para a manutenção dos vínculos na história de Priscila, ela diz que: *“Ele foi se apegando, se acostumando, começou a me ligar mais. Porque no começo, depois da primeira visita, eu visitava sábado e ele me ligava na quinta, eu ficava arrasada.”*. A utilização de diferentes categorias, como namorados, companheiros e maridos se dão pelo fato de que mesmo burocraticamente as relações exigidas para a visita seja a união estável, as mulheres significam de forma mais complexa esses pactos de envolvimento a partir de como as histórias foram se desenrolando.

Durante um dia de visita, sábado pela manhã, cheguei com Lara ao complexo prisional, era a sua primeira visita com o cabelo orgânico, um momento de tensão, pois estava ali um elemento que poderia ser alvo de humilhação e suspeita. O que, para Lara, como já havíamos conversado, trouxe orgulho e bem-estar, fazendo-a se sentir mais bonita, na prisão seria mais um alvo de vistoria do seu corpo, sendo também vistoria de sua identidade enquanto mulher negra.

A prisão, em linhas gerais, diz respeito ao cerceamento da liberdade mediado pelo Direito positivado, que anuncia uma decisão condenatória desdobrada em pena como punição para um ato de ilicitude. Mais do que um elemento normativo, diz respeito a um estatuto de regulação da vida, que engendra um regime de submissão por meio de um punitivismo insculpido em uma configuração social pautada na disciplina (FOUCAULT, 2014). No Brasil, a origem e usos da tecnologia de aprisionamento se encontra intimamente atrelada ao ordenamento social higienista com particular inflexão no momento de pós-abolição, atravessada pelo racismo científico e modulações do projeto de nação brasileiro, que anunciava a configuração de uma nação branca transfigurando o que até então era compreendido como cultura africana ou cultura indígena em cultura brasileira (MUNANGA, 2019). Bem como, lançando mão do elemento da mestiçagem como tecnologia de genocídio da população negra (NASCIMENTO, 2016).

Notadamente, a população escravizada recém liberta por meio dos movimentos abolicionistas foi alvo de estratégias diversas que conjugadas conformam elementos do racismo na construção do projeto nacional, uma vez que não houve políticas de reparação para essa população, nem meios para inclusão nos regimes de sociabilidade produtiva. É neste contexto que é criada a Lei da Vadiagem (ALVES, 2017), com o objetivo de punição dos considerados “vadios”, pessoas sem trabalho

formal, moradia e outros estatutos de cidadania vinculados ao mundo do trabalho - embora se constituam no trabalho escravizado.

Com isto, uma dessas estratégias e alvos diz respeito ao manejo das noções de família, em que famílias negras passam a conviver com mecanismos legais diversos que despejam sobre sua existência uma violência total forjada em elementos da escravidão, patriarcados e racismo, que são constantemente atualizadas. O encarceramento de homens e mulheres negras, assim, encontra-se inscrito nas trilhas de construção da nação, cujo o antropólogo João Baptista de Lacerda, em seu *Comentários ao Congresso Universal das Raças* (1912), projetou que em 2012, num espaço de 100 anos, o Brasil seria enfim uma nação inteiramente branca, pois por meio da mestiçagem e outras estratégias políticas diversas – algumas anunciadas, outras não –, a população negra no Brasil seria extinta.

Com isso, toda uma tecnologia de gestão social vai sendo gradativamente tecida e aperfeiçoada, a fim de regulamentar esse encarceramento pelas vias da punição. A Lei de Execuções Penais (LEP), que regulamenta a execução das penas, tem origem na década de 1930 com o projeto do Código Penitenciário da República, elaborado por Cândido Mendes, que logo em seguida foi abortado face às discussões acerca do atual Código Penal de 1940. Desde a sua origem, anuncia elementos atinentes à regulação das sanções impostas, dos direitos dos apenados, aspectos administrativos, dentre outros, assim, configurando, uma seara mista.

Com relação à Lei de Execução Penal, instituída pela Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, nos interessa tratar sobre o manejo da categoria família e familiares em suas disposições.

No âmbito da LEP, a temática de família surge nos aspectos que se seguem.

Na seção de assistência jurídica, onde se diz:

Art. 16. As Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais.

(...)

§ 3º Fora dos estabelecimentos penais, serão implementados Núcleos Especializados da Defensoria Pública para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos réus, sentenciados em liberdade, egressos e seus familiares, sem recursos financeiros para constituir advogado (BRASIL, 1984, s.p.).

Na seção de assistência social:

Art. 23. Incumbe ao serviço de assistência social:

(...)

VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima (BRASIL, 1984, s.p.).

Nestes pontos, vale ressaltar como a atuação de assistência jurídica e social reconhece a situação familiar da pessoa no cárcere, compreendendo institucionalmente que a garantia de direitos no âmbito da instrumentalidade da assistência incorre também aos familiares.

Na seção de trabalho:

Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.

§ 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

(...)

b) à assistência à família (BRASIL, 1984, s.p.).

Aqui se regulamenta o regime de remuneração da pessoa em cárcere, inscrevendo que o produto dessa remuneração deve atender, dentre outras coisas, à assistência à família. Isto é, a figura da família retoma centralidade no destino material de recursos advindo do processo de trabalho em regime de cárcere.

Na seção que dispõe sobre os direitos das pessoas privadas de liberdade:

Art. 43 - É garantida a liberdade de contratar médico de confiança pessoal do internado ou do submetido a tratamento ambulatorial, por seus familiares ou dependentes, a fim de orientar e acompanhar o tratamento (BRASIL, 1984, s.p.).

Neste ponto, acerca dos elementos de saúde, garante-se à família a possibilidade de contratação de médico para acompanhar o tratamento que porventura o interno esteja sendo submetido em caráter ambulatorial.

Na seção que orienta sobre as faltas disciplinares:

Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características:

(...)

III - visitas quinzenais, de 2 (duas) pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente, com duração de 2 (duas) horas;

(...)

§ 7º Após os primeiros 6 (seis) meses de regime disciplinar diferenciado, o preso que não receber a visita de que trata o inciso III do caput deste artigo poderá, após prévio agendamento, ter contato telefônico, que será gravado, com uma pessoa da família, 2 (duas) vezes por mês e por 10 (dez) minutos (BRASIL, 1984, s.p.).

Chama atenção, essa redação do inciso III e redação do parágrafo 7 do artigo 52, supracitadas, que foram instituídas pela lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, os quais alteram os dispositivos regimentais da legislação penal que tratam sobre as visitas familiares (BRASIL, 2019).

Na subseção que trata da saída temporária:

Art. 122. Os condenados que cumprem pena em regime semi-aberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos:

I - visita à família;

(...)

Art. 124. A autorização será concedida por prazo não superior a 7 (sete) dias, podendo ser renovada por mais 4 (quatro) vezes durante o ano.

§ 1º Ao conceder a saída temporária, o juiz imporá ao beneficiário as seguintes condições, entre outras que entender compatíveis com as circunstâncias do caso e a situação pessoal do condenado:

I - fornecimento do endereço onde reside a família a ser visitada ou onde poderá ser encontrado durante o gozo do benefício (BRASIL, 1984, s.p.).

A família se encontra reconhecida institucionalmente, mais uma vez, na oportunidade de saída temporária sem vigilância direta, sendo que para tal deve-se fornecer o endereço onde reside a família. Já com relação à portaria nº 154, de 24 de abril de 2019, que regulamenta e disciplina os procedimentos de visita aos (as) presos (as) nas unidades prisionais do estado do Ceará (CEARÁ, 2019), há uma série de normativas impostas de forma arbitrária que são experienciadas pelas mulheres com as quais pesquisei. O exercício de controle do Estado, descrito por Das e Poole (2004), é também constituído por procedimentos escritos que privilegiam algumas exigências em detrimento de outras. Sendo sentidas nas margens das prisões.

Em uma das visitas de domingo, a tensão e adrenalina sentida momentos antes de subir as ladeiras do complexo prisional temiam o que algumas mulheres que já haviam descido as ladeiras comentavam: cachorros na revista pessoal e do malote. Perguntei se Priscila já havia passado por isso desde que começou a visitar e ela disse que, por sorte não, mas outras conhecidas já haviam passado, afirma: “É assim, a gente tem que seguir as regras da visita bem direitinho, mas quando são eles, eles inventam tudo pra cancelar nossa visita e estragar nosso malote. Tem que subir

rezando e pedindo força para não desistir, porque a gente já tá aqui, né?! A gente veio.". O elemento de permanência e companheirismo é novamente acionado por Priscila, assim como argumentou Maria, sendo submetida a procedimentos que ela traduz como "invenção", pois conhece as regras da visita, mas sabe que pode ser surpreendida com novas regras definidas de forma imediata. Alinhavando-se brevemente aspectos jurídico-institucionais da LEP, observamos a conformação de elementos de território, família e amor que, conjugados, contingenciam os ordenamentos legais e orientam a sua inscrição de normalidades.

Fazendo um paralelo, Maria relata sobre os entraves que teve para socorrer seu marido em um momento crítico de saúde:

*Ele ficou um tempão naquele CTOC, naquele que é lá em cima e eu nem me lembro o nome mais. Ali a gente não conseguia ver, não tinha notícia, eu recebi um dia uma mensagem, uma ligação da assistente social dizendo que ele tava com uma conjuntivite e que eu precisava levar um determinado colírio que era antibiótico e quando eu levei no dia. Eu tipo assim virei o mundo para encontrar uma farmácia para comprar sem receita e quando eu cheguei lá (no presídio) não tinha receita para entrar pra ele, aí disseram que não ia entrar, pois eu precisava esperar a receita, então ia ter que esperar sete dias para poder receber a receita e depois mais sete dias para poder entregar, aí foi que eu tive que fazer um barraco, fiz um escândalo, chamei todo mundo. Aí foi que a moça que me ligou consegui falar com ela foi que recebeu o colírio e deixou entrar. Por que eu fui falar com ela, né? Como ele ia esperar 14 dias para começar o antibiótico? Ele ia perder o olho e não recebia, né!*

Sendo uma visitante de antes de 2018, Iara observa que o uso do fardamento a coloca em posição de vulnerabilidade, por dois motivos: primeiro, todos durante o trajeto que faz de sua casa para o presídio e do presídio para a sua casa veem que ela está indo para a prisão visitar alguém, e segundo, ela queria escolher a roupa para chegar bonita no encontro com seu marido. Ela afirma com raiva que essas mudanças, essa obrigação da roupa, que é entendida como farda, é algo recente e

definido pelos agentes penitenciários, pois não encontra em documentos algo que obrigue o uso das fardas. Carregar a experiência da prisão, enquanto visita social, também é atravessar um corpo-território que mobiliza imagens do cárcere nas ruas, aproximando ambas. Priscila, afirma nesse sentido sobre como eram as visitas quando começou a ir, ainda em 2015:

*Eu ficava muito constrangida na visita, porque era aquela coisa... tirava a roupa, mas agora tá melhor porque é na máquina, mas independente de ser na máquina ainda é constrangedor porque elas (agentes) querem se desfazer da gente, comentam da roupa, da maquiagem. Eu visitei todos os dias, só não quando eu tive meu filho. Ele hoje tem três anos.*

Iara comenta sobre a foto que Priscila estava me mostrando, dela grávida indo visitar, lembrando da época das chuvas: “Menina, eu peguei uma chuva quando tava grávida que eu pensei que ia parir ali mesmo subindo aquela rua.”. Priscila, em uma de nossas conversas, enquanto ela e Iara preparavam o malote, relembrou como era quando as mulheres “podiam ser mais unidas”, em suas palavras, e tornavam o cotidiano de visitantes menos pesado. Ela lembra que em meados de 2017 e início de 2018 as filas eram mais cheias de gente e as relações mais próximas. Diz que queria me mostrar uma foto, mas não encontrou, em que ela e outras irmãs se maquiavam momentos antes do início da visita. Hoje, para ela, isso é impossível, pois seu marido pede que ela mantenha distância para evitar conflito entre as camisas<sup>27</sup>. Nataly, visitante mais antiga com quem conversei, uma mulher de 45 anos, compreende que é mais difícil ter amigas na prisão hoje, consegue ver as outras mulheres como colegas, mas mantendo distância.

Assim, há um duplo sentido evidenciado no trabalho de Ferraz de Lima (2013) que enfatiza essas relações entre as mulheres, juntamente com seus maridos. Seria, portanto, um duplo sentido da mulher de preso, enquanto a produção da relação com o marido e a produção da relação com as outras mulheres das filas, dos arredores das prisões.

---

<sup>27</sup> Camisas é um dos termos utilizados para fazer referência às facções criminosas.

Nas tramas da feitura das conjugalidades no contexto do encarceramento, é perceptível o desenrolar de diferentes histórias em que as guerreiras, irmãs e cunhadas<sup>28</sup> elaboram a experiência de viver um envolvimento no entremuros das prisões cearenses. Os signos de compromisso e fidelidade são alvo de disputa e firmamento das relações. O compromisso relatado com o dia da visita também reflete os desafios de se fazer afetos em meio às circunstâncias do cárcere que, como relatado por elas, impõe constrangimento e humilhações, ao passo que são criadas formas de subverter ou pelo menos minimizar as limitações. A mudança é uma das características mais apontadas como marcantes na experiência, uma vez que novas rotinas passam a ser vivenciadas por elas após o encarceramento de seus homens. Como último elemento, as redes de solidariedade são vistas como fragilizadas, tanto entre as visitantes como em suas relações com familiares e amigos que não participam e muitas vezes não sabem da sua rotina de visitante e companheira. Apesar disso, é notório como são os elos afetivos, mesmo limitados, movimentam e definem o fazer prisão e fazer conjugalidade na vida das mulheres e constituição de suas famílias.

---

<sup>28</sup> Nomenclaturas utilizadas para se referir a outras mulheres que também têm envolvimento afetivos e conjugais com homens presos.

#### 4 TERRITÓRIOS: FLUXOS DE AFETOS E MATERIAIS

*“Os presídios estão nas ruas e as ruas estão nos presídios.”*

Neste capítulo, pretendo apresentar uma discussão sobre como o território está localizado nas narrativas das mulheres. As transformações políticas que vêm modificando burocraticamente o acesso às visitas sociais a partir da gestão da administração penitenciária entre os anos de 2019 e 2021 figuram como importante para compreender a relação entre territórios, conjugalidades e prisão. Esse período tem como característica uma série de mudanças e restrições ao interior das prisões, bem como ao tratamento dado pela administração e funcionários aos internos e familiares, fazendo com que novas estratégias e significados sejam criados pelas interlocutoras da pesquisa para seus relacionamentos. As interlocutoras da pesquisa relataram sobre as dificuldades que enfrentam a cada domingo para garantir a visita. Para isso, irei apresentar as articulações das mulheres durante as visitas sociais que pude acompanhar durante o ano de 2020 e 2021, compreendendo as prisões como territórios que fazem parte das rotas que as mulheres fazem desde as suas casas e bairros da cidade. Esses elementos perpassam as interpretações das mulheres sobre a manutenção de relacionamentos afetivos-conjugais nas dinâmicas do encarceramento.

Como um espaço poroso (GODOI, 2017), a prisão é vista aqui a partir dos caminhos atravessados pelas mulheres, em seus fluxos de afetos e materiais. Com o início da pandemia da covid-19, quando este trabalho foi iniciado, as visitas e acesso aos arredores da prisão foi limitado. Isso gerou, imediatamente, insatisfação e organização de algumas mulheres para exigir o retorno das visitas e o acesso à informação com os presos sobre seu estado de saúde<sup>29</sup>. Além disso, queriam expressar repúdio aos maus tratos relatados pelas pessoas presas aos advogados e às transferências constantes de ruas e unidades. Dada a impossibilidade de estar nos arredores das prisões, acompanhei um ato realizado ainda em 2020 a fim de encontrar possíveis conhecidas. As mulheres foram chegando à sede da Secretaria de Administração Penitenciária com cartazes e camisas, se aproximando em pequenos

---

<sup>29</sup> Nesse momento, além da preocupação rotineira da saúde da pessoa presa dada as condições insalubres da prisão, a propagação do vírus surgiu como mais um medo. Para tais discussões, conferir Mallart e Araújo (2021) e Portella et al. (2021).

grupos e preparando a vigília que tinha como objetivo conversar com o secretário para apresentar as demandas. Pouco tempo de permanência e agentes penitenciários começam a intimidar e forçar o afastamento das pessoas próximas à Secretaria. O ato seguiu para a beira-mar de Fortaleza, onde foram feitas falas e momentos de intervenção simulando os procedimentos<sup>30</sup> vivenciados dentro dos presídios: sentadas no chão com as pernas abertas, as costas curvadas e as mão na cabeça, olhando para baixo. A cena de várias mulheres em posição de procedimento em um dia de sol escaldante na beira-mar de Fortaleza levou ao cartão postal da cidade as ruas e celas dos presídios.

Em um grito de anúncio, ecoado por uma militante familiar de preso, a frase: "Quiseram nos fardar<sup>31</sup> e hoje somos um exército.". Um exército de guerreiras, que é como as familiares se denominam no Ceará. Algumas mulheres vestiam uma blusa confeccionada para o ato com as frases: "Meu amor por você vai muito além dessas grades" e "Preso também é gente. Mais humanidade, já estão pagando pelos seus erros". Essas eram as namoradas e esposas de homens presos, que mesmo de camisas<sup>32</sup> diferentes, vestiram a mesma blusa nesse momento.

---

<sup>30</sup> Procedimento é a nomenclatura utilizada dentro das prisões para a realização de revistas e vistorias dos internos e celas. As mulheres denunciaram as rotinas de procedimento que configuram tortura e violação de direitos, demonstrando preocupação com a suspensão das visitas por não terem como saber como seus maridos e familiares estariam passando por esses procedimentos. O relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), referente à inspeções nas instituições prisionais do Ceará em 2022, verificou o uso dos procedimentos de forma excessiva e humilhante. Além deste relatório, o Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar (EFTA), da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALCE), também apurou uma série de denúncias no relatório "Violações de Direitos Humanos no Sistema Prisional Cearense - Atuação da comissão de Direitos Humanos", publicado em 2022.

<sup>31</sup> Referente à roupa padrão de entrada nos presídios.

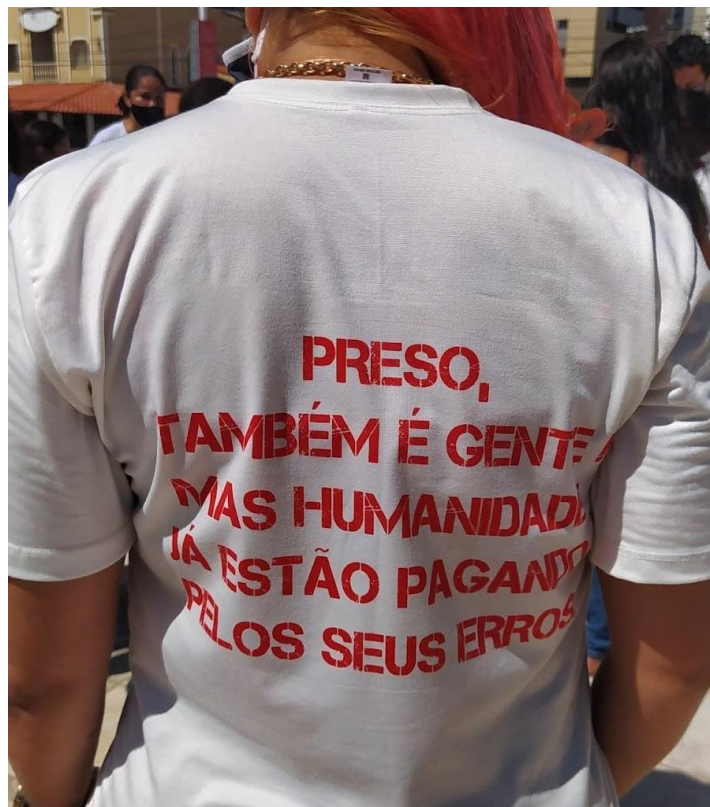
<sup>32</sup> No sentido de grupos faccionados no Estado.

Figura 9 – Ato político pela retomada das visitas no sistema prisional cearense, 2020



**Fonte:** acervo pessoal, 2020.

Figura 10 – Ato político pela retomada das visitas no sistema prisional cearense, 2020



**Fonte:** acervo pessoal, 2020.

Essas são fotografias feitas durante este ato político, onde estiveram presentes cerca de cem mulheres, com a presença significativa de esposas e namoradas. Ao conversar com a moça da foto, nomeada por Kelly, e apresentar meu interesse de pesquisa, sendo atraída principalmente pela blusa que vestia, ela demonstrava insatisfação com as exigências burocráticas para a realização da visita e entrega do malote. Como apresentado no capítulo anterior, a LEP, no Art.41 diz que a visita é um direito do preso, incluindo a visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados. Kelly relatou que o cadastro de visitante era demorado e exigia o documento de união estável, o que demandava uma série de gastos com deslocamento, honorários de advogados e cartório. Quanto ao malote, o extravio foi a principal queixa, uma vez que era muito comum os agentes penitenciários barrarem itens que estavam de acordo com o exigido na lista de materiais<sup>33</sup>, assim como abrirem e estragarem o que estava dentro. A angústia de Kelly ao contar que levava litros de água que não chegavam ao seu marido, instaura uma atmosfera de dor e revolta.

Diante desse contexto, que foi recorrente durante a pesquisa, pude ver, ouvir e presenciar cenas exatamente descritas pelas mulheres: malotes jogados em caçambas de entulho, itens extraviados, barrados e visitas canceladas. Fazendo jus ao contexto generalizado de falência<sup>34</sup> do sistema prisional, o Ceará não é exceção quando se verifica a grave violação de direitos humanos, sendo esta uma característica das prisões brasileiras. Neste trabalho, o esforço é compreender como diante dessa conjunção, ocorre o funcionamento das vidas das pessoas atravessadas pela prisão, pois por mais estruturantes que sejam as torturas, parafraseando Rafael Godoi (2017, p. 17) “outras dinâmicas (que por sua vez produzem outros sofrimentos) são fundamentais não só à manutenção das rotinas prisionais como também à própria extensão do encarceramento”.

Com o retorno das visitas, voltei aos arredores da prisão acompanhada de Lara e Priscila, em busca de reconstruir os acessos, encontrar velhas conhecidas e acompanhar minhas interlocutoras. Subimos a ladeira e chegamos à unidade,

---

<sup>33</sup> ANEXO B.

<sup>34</sup> Em 2015, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 347 (ADPF 347), o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a situação prisional no país um “estado de coisas inconstitucional”. Reconhecendo o sistema prisional como um espaço de “violação massiva de direitos fundamentais” da população prisional, por omissão do poder público.

conforme algumas mulheres iam sendo impedidas de entrar, conversávamos sobre a espera das outras que haviam conseguido adentrar a prisão. Uma das que foi barrada, pediu para que eu anotasse seu nome, caso alguém procurasse pela mulher que não entrou por esquecer o papel da ficha, com esperança de que fossem permitir a sua entrada, para que assim seu filho pudesse saber que ela foi. Anotei seu nome na mão e fiquei esperando a visita terminar. Ninguém apareceu atrás dela e ela não subiu a ladeira de novo enquanto eu estava lá, mas ali havia esperança de mostrar que estava presente para quem estava do lado de dentro. A prisão se constitui a partir de trocas, por diversos caminhos e comunicações.

Figura 11 – Nome de mulher visitante anotado na minha mão



**Fonte:** acervo pessoal, 2021.

O corpo-território, aquele que é comunicação, que é forjado enquanto parte de um poema transitivo (PADOVANI, 2018), caminha no que Araújo (2017), formula como uma paisagem urbana formada com territorialidades carcerárias, onde a prisão situa-se na continuidade e não na ruptura. O estigma dos bairros está nas prisões, assim como o estigma das prisões está nos bairros.

#### **4.1 Guerreiras, irmãs e cunhadas**

Guiada teoricamente pela ideia da prisão como um espaço produtivo de relações, como formula Padovani (2018), a compreensão parte de como as experiências prisionais e os vínculos estabelecidos a partir dela alteram de diversas formas as vidas das pessoas envolvidas em redes de afeto e conjugalidade. Durante uma visita social no sábado, em novembro de 2021, após a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) ter anunciado novas regras<sup>35</sup> de flexibilização para as visitas, em que dois pontos deixaram as familiares mais empolgadas, pois seria permitido o contato físico e duas pessoas poderiam visitar o mesmo interno. Cheguei aos arredores da prisão e o clima era de alegria, todas empolgadas e comentando que finalmente poderiam abraçar e tocar seus homens. Subimos a ladeira e o silêncio foi dominando o ambiente, sem risadas ou comentários empolgados, o som dos passos e das respirações ficavam cada vez mais audíveis e sofridos. Não importa o que acontecesse, embaixo de chuva ou sol, elas sempre continuavam caminhando. A fila se formou e muitas mulheres balançavam impacientes os papéis da senha de visita e de entrega do malote, outras rezavam com as mãos juntas para que nada de ruim acontecesse e fosse impedida de visitar ou entregar o malote, algumas fumavam e outras reclamavam da demora.

Finalmente, as primeiras da fila entraram. Algumas foram até a revista e voltaram. Os olhares de quem ainda não tinha entrado ficaram mais tensos e a preocupação com a possibilidade de não entrar aumentaram: conferiram várias vezes os papéis, o malote e a roupa que estavam vestindo. De repente, uma mulher sai aos prantos e sua irmã, que foi impedida de entrar, abraça-a e pergunta o que aconteceu. Rapidamente várias mulheres se aproximam, inclusive eu, para entender o que tinha acontecido: nas roupas que seriam entregues ao irmão preso, havia uma frase na

---

<sup>35</sup> Acessar nota oficial em: <https://www.sap.ce.gov.br/2021/11/25/sap-anuncia-novas-flexibilizacoes-sobre-visitas-sociais-no-sistema-prisional-cearense/>

chinela branca: “te amo” e na camisa, ao lado de dentro, “te amamos, saudades”. O cheiro de sabão tomou conta do ambiente, se misturando com o cheiro de lixo e asfalto molhado, a roupa estava intacta e a irmã disse: “que mal faz um eu te amo?! que outra mensagem eles pensam que eu estou tentando passar?! o que a gente fez para merecer isso?!”

Não existe, hoje, no Estado do Ceará, legislação que impeça a entrada de uma camisa com a frase “eu te amo, saudades”, mas ocorre uma organização extraoficial a todo momento relatada pelas mulheres que as insere em um momento de incerteza e tensão. Relatos como a retirada de unhas de gel por agentes penitenciários, extravio do malote e dos itens deste são exemplos de histórias que pude ouvir nas guardadeiras na BR. Godoi (2017), assim como Padovani (2018), enfatiza os fluxos de entrada e saída das prisões, como produtos e produtores da instituição carcerária, inclusive produzindo vínculos e mobilizando afetos e desafetos.

Após esse acontecimento, lara ficou nervosa, pois estava de vestido. Um vestido que já tinha utilizado outras vezes e conseguido entrar, mas percebeu que o dia estava diferente. Fomos até o banheiro e trocamos de roupa entre si, pois eu estava de blusa branca e leggings cinza, a roupa padrão, e ela de vestido cinza. Trocamos e torcemos para que ela conseguisse entrar. Enquanto, apressadas, trocamos de roupa, lara disse: “Esse tipo de coisa não era necessária antes, a gente fica pra desistir.”.

lara, ao contar suas percepções de mudanças entre 2015 e 2019, tece um paralelo entre o endurecimento das políticas penais e a noção de “restrição”. Como relatado por Priscila, o uso dos celulares era fundamental para o estabelecimento e manutenção das relações nos presídios, no entanto durante a mudança de gestão da Secretaria de Administração Penitenciária, a partir da noção de contato zero, seus maridos ficaram sem celulares. Para lara, essa mudança inaugurou um novo momento em sua trajetória e, conseqüentemente, em seu relacionamento. Ter contato com o marido pelo celular garantia que todas as informações estivessem atualizadas e ele pudesse acompanhar o seu dia a dia. Após a retirada dos celulares, entendido por ela como uma restrição, novas atividades surgiram na sua rotina, já que o tempo em que ela estava no celular foi reduzido. Ela começou a academia, iniciou em um trabalho e estabeleceu novas relações interpessoais, atribuindo essas mudanças ao fato de se sentir menos vigiada. Ela lembra que ligou para o marido quando o filho nasceu e guarda com carinho esses prints, de alguma forma sentia que o cuidado e a

presença do pai era mais acessível para o filho assim. Nesse sentido, também aponta que conhece alguns agentes com quem consegue negociar a entrada de itens de cuidado do filho, como a papinha, pois em uma das visitas em que o levou, apenas por ter um agente mais antigo na revista, a papinha passou. Ele perguntou a ela: “Você ainda tá aqui, minha filha?”. E ela respondeu: “E o senhor também, né?”. Comunicando como os caminhos da experiência de Iara são informados nos fluxos de entrada e saída da prisão, referenciando inclusive o tempo, como o tempo da gravidez e do crescimento do filho.

Ela traz de forma muito marcante, assim como Priscila e Maria, que hoje é diferente a sua maneira de pensar, que “hoje sou criada, sei o que fazer para me proteger”, lembrando que no início era conhecida como “a mulher das dez garrafas”, pois levava garrafas congeladas para o marido tomar gelada. Ao subir com ela durante as visitas, era muito comum a cena de ajuda entre as mulheres, dividindo o peso entre si, principalmente com as mais idosas. Durante uma chuva torrencial em um dia de domingo, Iara lembra que levava um colchão e este ficou encharcado, pesando mais do que já pesava e fazendo com que ela chorasse de desespero. A omissão de ser um corpo-território em fluxo na prisão é uma das estratégias utilizadas pelas mulheres para se proteger do perigo de ser identificada como mulher de um homem preso. Nesse sentido, a prisão representa uma ameaça, um perigo, algo a ser escondido, para que essas experiências não sejam compartilhadas e tragam julgamentos de terceiros. Priscila diz que às vezes se sente errada em “fazer o que faz”, mas entende que faz parte da sua constituição de família e outras mulheres, como sua amiga Iara, também vivem situações semelhantes.

Maria, ao relatar sobre uma experiência que teve de organizar a fila da unidade que estava visitando, aponta os cuidados que “teve que ter”:

*A gente lá fora a gente evitava ter esse tipo de conversa e tal, mas todo mundo se falava, todo mundo se respeitava e tal, nunca teve confusão de mulher e lá dentro também era super tranquilo, sabe?! E as ruas eram tipo assim lá era mais um tipo de facção que tinha do que outra, então era mais tranquilo pra gente, quando a gente ia tinha esse tipo de divisão lá dentro. Porque o medo era ter muita coisa e acontecer uma rebelião lá dentro e acabar com tudo. Como a gente morava em um bairro*

*de uma camisa, a gente evitava falar com o pessoal da outra camisa quando se encontrava no presídio, sabe? Eu respeitava. Eu ia por ele, não era por camisa.*

Maria enuncia o bairro como essa espacialidade que se estende para as prisões, enfatizando as divisões territoriais por camisa, o que define durante os caminhos da prisão quem representa afeto e desafeto. Entre as conversas, era comum ouvir das mulheres que muitas irmãs estavam *abandonando* os homens, por não ter acesso a trocas vindas do lado de dentro da prisão. Como afirma Padovani (2018), as redes de afeto e relações amorosas nos dão pistas sobre como

(...) dispositivos de gêneros e de sexualidades, assim como de demais categorias de diferenciação que são materializadas nos corpos por meio de cheiros e roupas, são postos nas disputas e vinculações estabelecidas entre presas, funcionárias, visitantes, entre os sujeitos que tramam o dispositivo prisional.

Para Priscila, a ausência do celular fez com que as mulheres deixassem de visitar os homens, pois as transações possibilitadas pelo celular, sejam de valor monetário ou afetivo, diminuiriam consideravelmente. Percebe que antes as traições eram mais presentes na sua relação e afirma que “agora ele diz que ama, que quer, que quer ter uma vida, uma casa, construir uma vida. Quando tinha celular, era muito diferente.” A lara completa: “Eu nem respirava com o celular em cima de mim.” Priscila continuou: “É, ele pede pra eu não abandonar. Diz que ama. É muito diferente. Só que eu não vejo uma vida a dois, quero morar eu e o meu filho... Só que eu nunca fui assim que nem a lara, Deus no céu e o boy na terra. Eu gostava, sabe.”. Ao ser perguntada se queria engravidar, tinha sonhado e planejado isso. Ela disse que jamais, mesmo gostando muito dele e querendo ficar junto, não queria: “Eu já sabia como ia ser, eu sou hoje a mãe e o pai dele e crio sozinha. Se não fosse os meus pais, era pior. Eles amam meu filho independente do que eu fiz.”

Quando Priscila conta sobre a época em que ela mantinha conversas diárias no celular com seu companheiro, enfatiza o que percebeu de mudança:

*Quando ele soube que eu tava grávida deu foi um chifre em mim. Fui traída pelo telefone, né?! Nós tudinha era traída pelo telefone. Eu descobri sozinha, ninguém me disse. Quando eu fui*

*botar o celular dele pra dentro ninguém chegou pra mim pra dizer que meu marido tava conversando com fulano. Eu fiz assim, fiquei esperando ele me ligar e já era dez horas da noite, nada dele ligar. Liguei pra ele e deu na espera, aí eu liguei pro número dela e deu na espera também. Aí eu soube, tinha certeza que eles tavam conversando. Aí depois eu liguei pra ele e chamou e liguei pra ela e chamou também. No outro dia eu liguei pro número dela e ela atendeu, eu perguntei o que ela tava fazendo conversando com o meu marido, ela disse pra eu perguntar pra ele. Aí eu fiz uma conferência e ele atendeu e eu pedi pra ele dizer o que eles tavam conversando. Ela foi logo pedindo pra ele contar que ele tava reclamando de saudade, que quando saísse a gente ia ficar juntos. Ele desligou. Dessa primeira vez que eu descobri eu não tinha o costume de ir visitar todo dia de visita, porque eu trabalhava, estudava, tinha outra rotina que ainda não era essa.*

Visualizar em perspectiva, como é o álbum de família de Lara, a família das mulheres no cárcere também foi motivo de questionamento sobre quais seriam as expectativas para o momento de saída dos homens do presídio. Ou seja, a volta para casa. Dessa vez, não a delas sozinhas ou acompanhadas de seus filhos, mas a volta da casa do marido e pai. Ao conversar com Maria sobre isso, sua expressão mudou para um ar de esperança: “Seria bom se ele voltasse e pudesse comer bem, ficar longe desse lugar sujo, ficar bem, sabe?! Eu penso mais nisso. A gente eu não sei como vai ficar, mas só dele ficar melhor já é bom pra mim e pro meu filho.”. Para Priscila, existe uma tensão e contradição, pois ao mesmo tempo que não pensa em deixar de visitar seu companheiro, não se vê construindo uma vida com ele em liberdade. Ela conta:

*Meus pais vivem dizendo que quando ele sair, meu filho não vai morar com ele. E eu não consigo viver com ele aqui fora, sabe, não consigo viver. Antes eu conseguiria, mas agora eu não vejo mais vivendo uma vida com ele aqui fora. Eu era abestada, tinha outra visão. Eu amo mais o meu filho do que a mim mesma,*

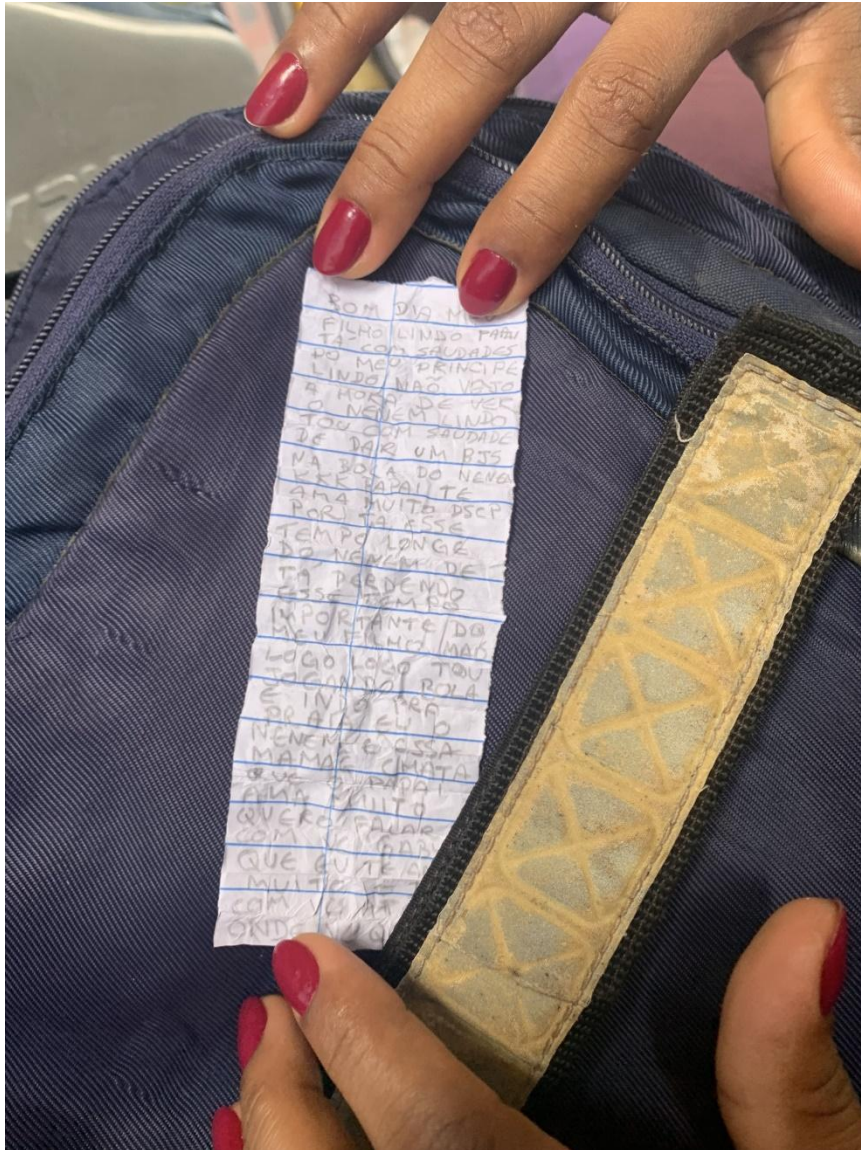
*então assim, eu não quero essa vida pro meu filho, não quero que ele vá para aquele lugar. Hoje, que ele já entende, eu não quero levar mais, mas ele diz que quer pai, que quer ver. Eu digo que o pai dele tá viajando.*

Já lara tem na expectativa um grande receio, pois muita coisa na sua vida mudou, principalmente com relação a sua autonomia e sua perspectiva de envolvimento para com o marido. Ela diz que “Não sei, não consigo nem pensar. Só sei que independente do que eu faça, ainda vou sair como ruim.”.

O retorno para a casa, que poderia representar a continuidade ou início da perseguição de uma família morando na mesma casa, aparece como uma possibilidade distante e muitas vezes com uma rejeição das mulheres. A vida entre mãe e filho aparece como algo mais sólido para Maria, lara e Priscila. Ao passo que as ideias de “ser criada”, como quem é calejada pela prisão, pela rotina do encarceramento, aparece como um desencantamento paulatino.

Ao sair de uma visita, eu e lara entramos na topique e ela estava contando que falou para o marido que eu havia ido naquele dia e estava ao lado de fora esperando. Ela estava bem eufórica e ansiosa para me mostrar alguma coisa, quando coloca a mão no bolso e percebe que falta algo. Pedimos para que a topique parasse e saímos procurando pelo chão uma bolinha enrolada em um plástico minúsculo. Ela encontrou e voltamos para a topique. Era um pequeno bilhete que ela guardou com cuidado, preocupada em não perder.

Figura 12 – Parte do bilhete recebido por Iara



Fonte: acervo pessoal, 2021.

No bilhete, a mensagem:

*Bom dia meu filho lindo papai tá com saudades do meu principe lindo não vejo agora de ver o nenem lindo tou com saudade de dar um bjs na boca do nene kkk papai te ama muito desculpa por ta esse tempo longe do nenem de tá perdendo esse tempo importante do meu filho mas logo logo tou jogando bola e indo pra praia eu o nenem e essa mamae chata que o papai ama muito quero falar com vc (esposa) que eu te amo muito e tou com vc ate onde vc quiser...*

lara, ao me mostrar o recado, diz que não tem problema bater foto, pois normalmente as mensagens que recebe são assim mesmo, falam da saudade, das vontades, das memórias de um território que é pensado junto com elas e elas o levam para dentro dos presídios. Por vezes, territórios imaginados, como a praia e o jogo de bola, sem detalhar os entraves de ir à praia e jogar futebol em uma cidade dividida como uma colcha de retalhos. Dessas comunicações, lara entende e articula, sendo corpo-território que anuncia brechas em uma instituição que aprisiona e regimenta seus códigos de raça, gênero e sexualidade.

Nesse contexto, de constante negociação de expectativas, na mesma visita do sábado, em novembro de 2021, todas estavam ansiosas para abraçar e beijar seus companheiros, finalmente após longos meses de ausência e de restrição de contato. Estava do lado de fora e, após trinta minutos, lara sai depressa e gritando: “Fernanda!! A gente se beijou. Bora, bora, bora, corre! O ônibus!”. Corremos, pegamos o ônibus lotado, quase caindo aos pedaços, mas dentro deles muitas risadas eufóricas contando o que tinha acontecido: Ao entrarem na quadra, onde aconteceu a visita, haviam pequenas mesas de sala de aula e duas cadeiras, uma em cada lado. Os agentes informaram que não seria permitido toque e algumas crianças foram impedidas de entrar, contrariando a informação oficial de flexibilização. O clima de tristeza foi instaurado, no entanto quando um agente informou que a visita iria acabar, uma mulher se levantou e abraçou o homem que estava visitando. As outras mulheres levantaram e abraçaram, deram as mãos. lara conta que foi muito rápido, pois estavam com muito medo e saíam sem saber se teriam a próxima visita, por terem descumprido uma ordem dos agentes, mas naquele momento estavam felizes. As contingências durante a visita social se fizeram presentes durante todo o campo empreendido nesta pesquisa. O padrão é que as mulheres se mostravam a todo momento preparadas para garantir a visita social. Foram inúmeras cenas de choro e desespero frente à impossibilidade de visitar. Foram inúmeras as cenas de solidariedade e acolhimento após o choro.

Ao cabo, mostra-se que os dias das mulheres incluem em suas rotinas a visita social como uma prioridade, como uma forma de se preparar para o ponto de culminância da relação afetiva. É lá onde as expectativas são gestadas e transitam entre o dentro e o fora. Onde as imagens registram o álbum de família e criam redes de solidariedade, mesmo em contextos de restrição e disputas territoriais. Carregar a experiência de conjugalidade em meio a essas tramas é colocar em agência os

atravessamentos da produção da prisão na vida das mulheres. Por isso, novas questões surgem dos significados que as interlocutoras desta pesquisa dão às noções de conjugalidade e prisão.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste trabalho, me esforcei em compreender os signos e significados das mulheres de homens presos para com os seus cotidianos de visita social. Situando a pesquisa no campo de estudos sobre as prisões e tendo como horizonte as dinâmicas da vida social e suas transformações, é importante salientar o espaço e tempo em que essa pesquisa foi realizada. O período pandêmico marca um momento de mudança na rotina dos presídios no Ceará, bem como os sentidos construídos pelas mulheres de suas relações amorosas. Atravessar esse momento histórico em meio ao endurecimento das forças punitivas e instituições de encarceramento no país foi permeado por negociações de sobrevivência. O encarceramento enseja formas de vida que são contingenciadas em experiências sociais em torno da prisão, que por sua vez, mais do que se instituir enquanto disciplina, comporta essas maneiras de viver que se inventam e constroem no cotidiano de pessoas privadas de liberdade e suas redes de afeto. Como demonstrado, os malotes não carregavam apenas água, roupa, pasta de dente e sabonete, mas entravam com o cuidado, a saudade, a angústia, as afetações e intenções de quem o montava, quase sempre pelo trabalho de muitas mãos que hoje sustentam os presídios no Ceará.

Nos interessamos em compreender a experiência social de mulheres que se relacionam afetivamente com homens em situação de cárcere no estado do Ceará, desvelando as articulações entre suas dinâmicas de conjugalidades e o aprisionamento, desdobradas em seu cotidiano de vida. Partindo do esforço intelectual de situar como a teoria social brasileira negra e norte-americana aborda a articulação entre raça, gênero e território. Assim, no período de 2020 a 2022, acompanhamos o cotidiano de três mulheres, Maria, Iara e Priscila, em torno de suas vivências e significações das relações afetivas e conjugais com esses homens privados de liberdade, em especial os cotidianos de visita social antes, durante e após o período pandêmico.

A pesquisa demonstrou como a experiência de aprisionamento no contexto cearense neste período envolveu uma série de questões de ordenamento institucional que configuraram “restrições”, assim nomeado por elas, no contato com seus companheiros aprisionados, mas que, ao mesmo tempo, delinearam um cenário de ampliação de suas atividades cotidianas pela diminuição do controle e vigilância sobre elas por parte deles. Isto é, uma negociação da intimidade pelos homens e pelo Estado. As namoradas, esposas e companheiras apresentaram relações específicas que envolvem acordos de lealdade pelo caráter romântico das relações conjugais cujo um dos atravessamentos é o cárcere. Essa lealdade pôde ser percebida também na prática e na disposição de fazer malote. Pontuando como fazer malote inclui ocupar o lugar de mulher responsável, por vezes de forma responsável e sustentando as expectativas de ser a mulher que não abandona. Assumiram, portanto, as responsabilidades que assumiram as diferem de relações estabelecidas fora das prisões, uma vez que as regulações da instituição prisional apresentam limites e, como muito sentido por elas, arbitrariedades cotidianas.

As histórias dos relacionamentos afetivos-conjugais das interlocutoras dessa pesquisa têm inícios diferentes, cada uma a seu jeito, remontando também às histórias de envolvimento e amor vivenciadas no Ceará. Ora sendo atravessadas por um Estado que tem na polícia o signo da ostensividade e prática contínua de sequestros, regulações e criminalização desses corpos, bem como dos territórios em que estão inseridos. Frente às regulações, a partir da obrigatoriedade de uma roupa padrão, as mulheres forjam a existência como exército fardado no entre muros das prisões a partir de um apelido ou codinome potente: guerreiras. Elas e os malotes. Elas e os filhos. Elas e a saudade dos maridos, as memórias, as expectativas, as frustrações e as trincheiras. A solidariedade é um elemento que se imbrica no complexo contexto de faccionalização do Ceará e dos presídios. Ser irmã e cunhada não é mais como era antes.

Os regimes de saber constituídos às margens do km 27 da BR-116 nos mostraram o caráter fluido desse limiar dos entremuros das prisões cearenses e as ruas, tais como lugares onde circulam fluidos diversos que permeiam essa experiência social de conjugalidade e afetividade, conformando território, amor e família. Neste sentido, as representações dessas mulheres sobre esses elementos mediadas pela sua experiência social em torno do aprisionamento com outras mulheres mobilizam ações, conflitos e situações diversas para suas vidas, de forma a instituir como as

relações afetivas-conjugais reproduzem laços familiares. Quando Martinha, em uma conversa nas guardadeiras, me diz que “as ruas são os presídios e os presídios são as ruas”, com um rosto enrijecido e braços cansados por dentro da farda, ela anuncia o que Araújo (2017) denominou de territorialidade carcerária, em que observa que a prisão está cada vez mais presente na vida dos bairros. Martinha, com sua sabedoria dessas territorialidades, aponta que os presídios também estão nas ruas. É uma via no mínimo de mão dupla, mas que se desdobra em muitos caminhos por onde circulam os corpos-mulheres de esposas e namoradas. A experiência de territorialidade apresentada nessa pesquisa mapeou rotas por onde as conjugalidades são vivenciadas, muitas vezes de forma contraditória pela própria realidade em que estão inseridas. Foi contraditório para Lara que durante tantos anos visitasse com as roupas à sua escolha e quase que de repente fosse obrigada a custear uma farda e utilizar de estratégias para minimizar a identificação imediata do seu corpo como um território que transita entre as ruas e a prisão. A última parada de ônibus da av. domingos olímpio entre quatro e sete horas da manhã de sábado e domingo é tomada por mulheres a espera da topique para ir até os complexos prisionais. Em outros horários, em que outros passageiros aguardam os ônibus e topiques, as mulheres se tornam estranhas no espaço. Há aqueles que olham com curiosidade e os cochichos compõem a cena. As rotas constituídas pelas interlocutoras dessa pesquisa ajudam a compreender como a prisão se faz “do lado de fora”, como a prisão muda a vida de quem a atravessa.

Foi possível demonstrar como as mulheres se viram para garantir o direito da visita social. O Estado não aparece como garantidor desse direito, inclusive age a partir de arbitrariedades que impõe prejuízos às mulheres e aos homens encarcerados. Até mesmo nos arredores das prisões, a falta de estrutura para comportar as visitas sociais ficou evidente: as bolsas e itens pessoais que não podem entrar nas unidades ficam no matagal ou “guardadas” embaixo de uma lona, onde é preciso pagar para ter os objetos vigiados.

O retorno dos homens para a casa, que também mobiliza o que é fazer família, foi compreendido com pouca empolgação e desesperança de viver a vida a dois, ou especificamente à três, contando com os filhos. A realidade prisional é dinâmica, por isso mesmo esta pesquisa sendo datada, os dados etnográficos podem vir a ser mobilizados novamente, em direção a busca por novos cruzamentos entre conjugalidade e prisão.

## REFERÊNCIAS

- ABOIM, Sofia. Conjugalidade, afetos e formas de autonomia individual. **Anál. Social**, Lisboa, v. 41, n. 180, p. 801-825, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n180/n180a05.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- ACCIOLY, Maria Izabel Feitosa. *Catatau*, fanzine e poesia: escrita nas prisões cearenses. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- ALVES, Dina. Rés negras, juízes brancos: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. **Revista CS**, Cali, v. 21, p. 97-120, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18046/recs.i21.2218>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- AQUINO, Jania Perla Diógenes de. Subvertendo o Código Penal e a monogamia: arranjos afetivos e familiares envolvendo praticantes de assaltos contra instituições financeiras. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 84-111, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7750/7586>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- AQUINO, Jania Perla Diógenes de; HIRATA, Daniel Veloso. Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. **BIB**, São Paulo, n. 84, p. 107-147, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17666/bib8404/2018>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- ARAÚJO, Fábio. A prisão e a produção de espaço urbano: territorialidades carcerárias. In: MALLART, Fábio; GODOI, Rafael (Org.). **BR 111: a rota das prisões brasileiras**. São Paulo: Veneta, 2017. p. 49-61.
- BARCINSKI, Mariana et al. Guerreiras do cárcere: uma rede virtual de apoio aos familiares de pessoas privadas de liberdade. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 4, p. 929-940, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513751530019>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- BARREIRA, César. Crueldade: a face inesperada da violência difusa. **Soc. estado.**, Brasília, DF, v. 30, n.1, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v30n1/0102-6992-se-30-01-00055.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- BARREIRA, César. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. **Rev. Bras. Sociol.**, Aracaju, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/28/11>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BASSANI, Fernanda. Amor bandido: cartografia da mulher no universo prisional masculino. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 261-280, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7225/5813>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação?. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, e185305, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/MjN8GzVSCpWtxn7kypK3PVJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOZON, Michel. Sexualidade e conjugalidade: a redefinição das relações de gênero na França contemporânea. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 20, p. 131-156, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n20/n20a05.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BOZON, Michel. Orientations intimes et constructions de soi. Pluralité et divergences dans les expressions de la sexualité. **Sociétés contemporaines**, Paris, v. 1-2, n. 41-42, p. 11-40, 2001. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-societes-contemporaines-2001-1-page-11.htm#>. Acesso em: 27 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 10.227, 13 jul. 1984.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. **Diário Oficial da União**, Seção 1 - Extra, p. 1, 24 dez. 2019.

BREHM, Sharon. Las relaciones intimas. In: MOSCOVICI, Serge. **Psicologia social I**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1991. p. 211-236.

CARNEIRO, Sueli. O matriarcado da miséria. In: CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 127-130.

CEARÁ. Portaria nº 154, de 10 de janeiro de 2019. Regulamenta e disciplina os procedimentos de visita aos (as) presos (as) nas unidades prisionais do estado do Ceará. **Diário Oficial do Estado**, p. 23-27, 10 abr. 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Silma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COMFORT, Megan. **Doing time together**: love and family in the shadow of the prison. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

COMFORT, Megan. «Partilhamos tudo o que podemos»: a dualização do corpo recluso nos romances através das grades. **Anál. Social**, Lisboa, v. 42, n. 185, p. 1055-1079, 2007. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218641625S8vOB3et6Ek37RG0.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

COMFORT, Megan. In the tube at San Quentin: the “secondary prisonization” of women visiting inmates. **Journal of Contemporary Ethnography**, [s.l.], v. 32, n. 1, p. 77-107, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório de inspeções nos estabelecimentos prisionais do Estado do Ceará**. Brasília: CNJ, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/03/relatorio-inspecoes-estabelecimentos-penais-tjce-dmf-08032022.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-margins-intersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2023.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns dilemas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 31-42, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rpmgFRcZXxZtBMjL4rYZtjR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2023.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El Estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 27, p. 19-52, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1809/180913917002.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. **Itinerários de corpos juvenis**: o baile, o jogo e o tatame. São Paulo: Annablume, 2003.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'Água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasília, 2006. 145f.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n58/v23n58a05.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

FERNANDES, Camila. A força da ausência: a falta dos homens e do Estado na vida de mulheres moradoras de favela. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 206-230, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/q6T8GxYmvPy3k6jN6fbRbZB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2023.

FERRAZ DE LIMA, Jacqueline Steffany. **Mulher fiel**: as famílias das mulheres dos presos relacionadas ao Primeiro Comando da Capital. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, São Carlos, 2013. 164 f.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. O Ceará aboliu a escravidão? **O Povo**, 25 mar. 2022. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2022/03/25/hilario-ferreira-o-ceara-aboliu-a-escravidao.html>. Acesso em: 27 jan. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1993.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo: Boitempo, 2017.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GONÇALVES, Rosângela Teixeira. Irmãs, cunhadas, guerreiras - A relação das mulheres com o Primeiro Comando da Capital - PCC. In: **V Encontro Nacional de**

**Antropologia do Direito.** Anais [...]. 2017. Disponível em:

<http://www.enadir2017.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNDoiYT0xOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjM6IjEzNCI7fSI7czoxOiJoljtzOjMyOiJlYzA3ZDBjNmMwZjA1YTJIM2QyZjc0MGE3OTIxYzEwOC17fQ%3D%3D>. Acesso em: 27 jan. 2023.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar. 2020. p. 127-138.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje ANPOCS**, São Paulo, p. 223-244, 1984. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf). Acesso em: 27 jan. 2023.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. São Paulo: LTC, 1989.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par**: gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes; Maceió: EdUFAL, 2013.

KOFES, Suely. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 3, p. 117-141, 2007.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1725/1709>.

Acesso em: 27 jan. 2023.

KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. Memórias de “histórias femininas, memórias e experiências”. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 8-9, p. 343-354, 2011. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1887>. Acesso

em: 27 jan. 2023.

LACERDA, João Baptista de. **O Congresso Universal das Raças reunido em Londres (1911)**: apreciação e comentários. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912. Disponível em:

<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/16/1/0023%20ocr.pdf>.

Acesso em: 27 jan. 2023.

LALANDA, Piedade. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica, **Análise Social**, Lisboa, v. 33, n. 148, p. 871-883, 1998. Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224154176E1jDU8rb4Nc15SI4.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

LALANDA, Piedade. Mapas identitários femininos. *In: ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA. Sociedades contemporâneas: reflexividade e acção: actas dos ateliers do V congresso português de sociologia. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2004. p. 50-58. Disponível em: [https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR4628d850ef480\\_1.pdf](https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR4628d850ef480_1.pdf). Acesso em: 27 jan. 2023.*

LAGO, Natália Bouças do. **Jornadas de visitas e de luta: tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão.** Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, São Paulo, 2019. 248 f.

LAGO, Natália Bouças do. **Mulheres na prisão: entre famílias, batalha e a *vida normal*.** Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, São Paulo, 2014. 108f.

LAGO, Natália Bouças do. Mulher de preso nunca está sozinha: gênero e violência nas visitas à prisão. **ARACÊ – Direitos Humanos em Revista**, São Paulo, v. 4, n. 5, p. 35-53, 2017. Disponível em: <https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/viewFile/132/68#:~:text=Mulher%20de%20preso%20nunca%20est%C3%A1%20sozinha.,na%20rua%20n%C3%A3o%20passam%20despercebidas>. Acesso em: 27 jan. 2023.

LAGO, Natália Bouças do. Quando elas aparecem: notas sobre mulheres na prisão, gênero e família. **Novos Debates**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 168-177, 2015. Disponível em: <http://novosdebates.abant.org.br/wp-content/uploads/2019/06/v2n1.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

LAGO, Natália Bouças do; ZAMBONI, Márcio. Políticas sexuais e afetivas da prisão: gênero e sexualidade em contextos de privação de liberdade. *In: Encontro Anual da ANPOCS*, 40., 2018, Caxambu. Anais [...]. São Paulo: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2018. p. 1-25. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/spg-3/spg13-3/10052-politicas-sexuais-e-afetivas-da-previsao-genero-e-sexualidade-em-contextos-de-privacao-de-liberdade/file>. Acesso em: 27 jan. 2023.

MALLART, Fábio; ARAÚJO, Fábio. Uma rua na favela e uma janela na cela: precariedades, doenças e mortes dentro e fora dos muros. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 36, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/35860/29750>. Acesso em: 27 jan. 2023.

MALLART, Fábio; RUI, Taniele. Cadeia ping-pong: entre o dentro e o fora das muralhas. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 21, s.p., 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/3620>. Acesso em: 27 jan. 2023.

MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual review of anthropology**, Palo Alto, v. 24, p. 95-117, 1995.

MARINHO, Camila Holanda. **Viúvas de gangues**: o universo interdito da violência urbana juvenil. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2004. 166f.

MARINHO, Camila Holanda. Sobre moralidades, letalidade juvenil e afetos: as jovens viúvas da violência. In: BARREIRA, César; PAIVA, Luiz Fábio Silva; RUSSO, Maurício (Orgs.). **Violência como campo de pesquisa e orientação**. Campinas: Pontes, 2014. p. 163-183.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas (Porto Alegre)**, Porto Alegre, v. 8, p. 371-385, 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4865/3641>. Acesso em: 27 jan. 2023.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova**, São Paulo, n.79, p.15-38, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n79/a03n79.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

MORAES, Suiany da Silva. "Eu nunca tinha escutado falar sobre favela no Benfica": conflitos sociais e mercados ilícitos em um bairro universitário. Dissertação (Mestrado). Centro de Humanidades, **Programa de Pós-graduação em Sociologia**, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. 124 f.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade brasileira vs identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro**: processo de um Racismo Mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. In: NASCIMENTO, Beatriz; RATTS, Alex. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 231-235.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. Travestilidades Aprisionadas: narrativas de experiências de travestis em cumprimento de pena no Ceará. Dissertação (Mestrado). Centro de Estudos Sociais Aplicados, **Programa de Pós-graduação em Sociologia**, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018. 163 f.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo; MARQUES, Roberto. Fazer-se Estado a partir das fronteiras: circulação de corpos, objetos e significados entre os muros da prisão. **Rev. Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 50, p. 249-270, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/download/41300/28601/124201>. Acesso em: 27 jan. 2023.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo; SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima. Dinâmicas “Faccionais” e Políticas Estatais entre o Dentro e o Fora das Prisões do Ceará. **Revista TOMO**, Aracaju, v. 40, p. 123-164, 2022. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/15657/12475>. Acesso em: 27 jan. 2023.

NEGREIROS, Daniele Jesus; LINHARES, Monique Gomes; SOUSA, Roger Silva de. **Meninas no Ceará**: a trajetória de vidas e de vulnerabilidades de adolescentes vítimas de homicídio. Fortaleza: Qualygraf, 2021. Disponível em: [http://ideiaeventos.com.br/CPCV/Relatorio\\_-\\_Meninas\\_no\\_Ceara\\_26\\_10.pdf](http://ideiaeventos.com.br/CPCV/Relatorio_-_Meninas_no_Ceara_26_10.pdf). Acesso em: 27 jan. 2023.

NEGRETTI, Natalia. Madá e Lena entrecruzadas, dois dramas em trama: entre percursos numa tragédia social e uma constituição possível. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais, **Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. 129 f.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático por Juliana Araújo Lopes. *In*: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: the eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of african epistemologies. ARNFRED, Signe *et al.* **African gender scholarship**: concepts, methodologies and paradigms. Dakar: CODERSIA, 2004. p. 1-8. Disponível em: [https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9\\_o\\_y%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD\\_-\\_conceitualizando\\_o\\_g%C3%AAnero.\\_os\\_fundamentos\\_euroc%C3%AAntrico\\_dos\\_conceitos\\_feministas\\_e\\_o\\_desafio\\_das\\_epistemologias\\_africanas.pdf](https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_o_y%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_conceitualizando_o_g%C3%AAnero._os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf). Acesso em: 27 jan. 2023.

PADOVANI, Natália Corazza. **Sobre casos e casamentos**: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

PADOVANI, Natália Corazza. Na caminhada: “localizações sociais” e o campo das prisões. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 55, e195501, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/s65WxHpcVFTbW96Z7RKxmrM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Cad. CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v32n85/0103-4979-ccrh-32-85-0165.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. Campinas: Pontes, 2014.

PEIXOTO, Mônica Monteiro; HEILBORN, Maria Luiza. Mulheres que amam demais: conjugalidades e narrativas de experiência de sofrimento. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 45-62, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v24n1/1805-9584-ref-24-01-00045.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PINTO, Elisabete Aparecida. Etnografia: identidades reflexivas. In: SILVA, Vargner Gonçalves da; REIS, Leticia Vidor; SILVA, José Carlos (Orgs.). **Antropologia e seus Espelhos**: a etnografia vista pelos observados. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. p. 15-19.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 11, p. 141-155, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634469>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? *In*: ALGRANTI, Leila Mezan (Org.). **Textos didáticos nº 48 – A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002. p. 7-42.

PISCITELLI, Adriana. Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva de mulheres. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997. p. 49-66.

PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel Nieto (Org.). **Gênero, sexo, amor e dinheiro**: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil. Campinas: PAGU/UNICAMP, 2011.

PORTELLA, Bruna et al. **Covid nas prisões**: luta por justiça no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2021. Disponível em: [https://uploads.strikinglycdn.com/files/653b7bc1-a192-4a24-86ce-c1bc4deff0ed/covid\\_nas\\_prisoas\\_digital%20\(1\).pdf?id=3813007](https://uploads.strikinglycdn.com/files/653b7bc1-a192-4a24-86ce-c1bc4deff0ed/covid_nas_prisoas_digital%20(1).pdf?id=3813007). Acesso em: 27 jan. 2023.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime**: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/4dp27/pdf/ramalho-9788599662267.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

REIS, Vilma. Atucaiados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações de 1991 a 2001. Dissertação (Mestrado). **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. 247f.

SALES, Ana Paula Luna. Da violência ao amor: economias sexuais entre crime e resgates em Fortaleza. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, **Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais**, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. 448f.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SILVA, Ronilson Pacheco da. É hora de racializar o debate sobre o sistema prisional no Brasil. In: MALLART, Fábio; GODOI, Rafael (Org.). **BR 111: a rota das prisões brasileiras**. São Paulo: Veneta, 2017. p. 63-71.

SIMMEL, Georg. O segredo. **Rev. Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 15, p. 221-226, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/6442/19788>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; MELO, Felipe Athayde Lins de. O encarceramento em massa em São Paulo. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 83-106, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/12123/05.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 jan. 2023.

SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima; ACCIOLY, Maria Izabel Feitosa. **Fanzines, beatbox e as táticas de comunicação nas prisões do Ceará e do Amazonas**. In: Encontro Anual da ANPOCS, 2018, Caxambu, Anais [...]. São Paulo: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. p. 1-27. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt35-10/11424-fanzines-beatbox-e-as-taticas-de-comunicacao-nas-prisoos-do-ceara-e-do-amazonas/file>. Acesso em: 27 jan. 2023.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 51, e175101, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n51/1809-4449-cpa-18094449201700510001.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

VIGOYA, Mara Viveros. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate Feminista**, Bogotá, v. 52, p. 1-17, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0188947816300603>. Acesso em: 27 jan. 2023.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

WEBER, Max. Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva. In: WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

## ANEXOS

### ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Me fale um pouco sobre você e como é a sua vida hoje?
2. Você é mãe?
3. Como é a relação e os cuidados com seus filhos?

4. Me fale um pouco sobre como você conheceu o seu companheiro?
5. Como era a relação com ele antes dele ser preso?
6. Você tinha medo dele ser preso? Por quê?

\*Observação: aqui é possível saber se existe relação dele com facções e algumas implicações disso para vida dela.

7. Como você recebeu a notícia da prisão dele?
8. Você lembra como foi a sua primeira visita à prisão?
9. E como é/foi continuar fazendo visitas ao seu companheiro na prisão?

\*Observação: neste momento também é possível observar e explorar a questão da relação dela com outras mulheres vinculadas ou não às facções.

10. Como é namorar ou ser casada com um preso?
11. Você conversa sobre isso com familiares, vizinhos ou mulheres de outros presos?
12. Qual sua expectativa para o futuro?

13. Você tem medo de ser presa?

**ANEXO B – LISTA DE ITENS DO MALOTE**

<b>FORMULÁRIO DE ENTREGA DE MATERIAIS</b>			
ALA	CELA	NOME	DATA
<b>VISITA SOCIAL</b>			
QTD	DESCRIÇÃO		LIMITE
( )	ÁGUA MINERAL		15L (03 TRÊS GARRAFÕES DE 5L)
( )	BARBEADOR DESCARTÁVEL COM ATÉ 02 LÂMINAS		02 (DUAS) UNIDADES
( )	ESCOVA DENTAL DE CABO CURTO		01 (UMA) UNIDADE
( )	DESODORANTE ROLON (EMBALAGEM E LÍQUIDO TRANSPARENTES COM A BOLA RETIRADA)		01 (UMA) UNIDADE
( )	PAPEL HIGIÊNICO		02 (DUAS) UNIDADES
( )	SABONETE LÍQUIDO (EMBALAGEM E LÍQUIDO TRANSPARENTES)		500ML
( )	SABONETE ANTISSÉPTICO (LÍQUIDO E EMBALAGEM TRANSPARENTES)		01 (UMA) UNIDADE – 200ML
( )	BERMUDA NA COR LARANJA, SEM BOLSO, SEM ESTAMPA, SEM CORDÃO, SEM METAIS, SEM MARCA OU OUTROS DETALHES		02 (DUAS) UNIDADES
( )	CAMISA BRANCA EM MALHA SEM BOLSO, SEM ESTAMPA, SEM METAIS, SEM MARCA OU OUTROS DETALHES		02 (DUAS) UNIDADES
( )	CUECA COM ELÁSTICO TIPO BARRA, BOXER OU CAVADA NA COR BRANCA		02 (DUAS) UNIDADES
( )	SANDÁLIA DE BORRACHA COM SOLADO ÚNICO, COM TIRAS NA COR BRANCA SEM ESTAMPAS		01 (UM) PAR

( )	COLCHÃO TIPO CASCA DE OVO, SOLTEIRO	01 (UMA) UNIDADE
( )	LENÇOL FINO BRANCO DE SOLTEIRO, SEM ESTAMPAS	01 (UMA) UNIDADE
( )	22 TOALHA BRANCA FINA SEM ESTAMPAS	01 (UMA) UNIDADE
( )	ÁGUA SANITÁRIA EM EMBALAGEM ÚNICA E TRANSPARENTE	01 (UMA) UNIDADE – 02L
( )	SABÃO EM PÓ EM EMBALAGEM TRANSPARENTE	01 (UM) KG
<b>MATERIAIS FEMININOS</b>		
( )	ABSORVENTE (INTERNO) EM EMBALAGEM TRANSPARENTE	32 (TRINTA E DUAS) UNIDADES
( )	ÓLEO HIDRATANTE	01 (UMA) UNIDADE – 360ML
( )	BATOM	01 (UMA) UNIDADE
( )	KIT DE MAQUIAGEM PEQUENO	01 (UMA) UNIDADE
( )	DESCOLORANTE COM AMONÍACO OU TINTA DE CABELO	01 (UMA) UNIDADE
( )	ALGODÃO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE	01 (UMA) UNIDADE – 50G
( )	SHAMPOO EM EMBALAGEM E LÍQUIDO TRANSPARENTES, SEM RÓTULO	01 (UMA) UNIDADE – 300ML
( )	CONDICIONADOR EM EMBALAGEM E LÍQUIDO TRANSPARENTES, SEM RÓTULO	01 (UMA) UNIDADE – 300ML
( )	CALCINHA E/OU CUECA BOXER (NA COR BEJE OU BRANCA)	04 (QUATRO) UNIDADES
( )	PRENDEDOR DE CABELO DE PLÁSTICO (MOLA DE CABELO)	02 (DUAS) UNIDADES
( )	BASE PARA UNHA	01 (UMA) UNIDADE
( )	ESCOVA PARA CABELO, DE PLÁSTICO, SEM CABO	01 (UMA) UNIDADE
( )	ESMALTE PARA UNHA	02 (DUAS) UNIDADES
( )	LIXA PARA UNHA (PAPELÃO)	02 (DUAS) UNIDADES

( )	REMOVEDOR DE ESMALTE (FRASCO PLÁSTICO DE 100ML)	01 (UMA) UNIDADE – 100ML
( )	PAPEL HIGIÊNICO	04 (QUATRO) UNIDADES – ITEM REPETIDO
( )	TOP NA COR BRANCA OU BEJE, SEM BOJO E SEM ARO/ASPAS	03 (TRÊS) UNIDADES

Obs:

a)

O esmalte para unha, o descolorante com amoníaco ou tinta para cabelo e o removedor de esmalte serão controlados pela Direção da Unidade

b) Todas as embalagens deverão ser transparentes e estar sem rótulos

---

NOME RECEBIDO

---

VISITA INTERNO